



## Documento de Área

---

### Área 36 – GEOGRAFIA

**Coordenador da Área:** Eustógio Wanderley Correia Dantas  
**Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:** Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin  
**Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais:** Lana Cavalcanti

## Sumário

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA .....	2
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017 .....	18
III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016 .....	23
IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL .....	35

## DOCUMENTO DE ÁREA 2016

### I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

Resultado do aprimoramento da arte das políticas de acompanhamento, avaliação e financiamento da Pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Brasil usufrui de imagem positiva na produção de ciência entre nossos pares e em escala mundial. Os Coordenadores de Área, envolvidos neste constructo, souberam evidenciar e implementar estratégias ousadas para um país emergente, resultantes de leitura plural da ciência universal. O presente preâmbulo almeja nos inserir dentre aqueles que dispõem de uma leitura positiva do processo de institucionalização da Pós-graduação conduzido pela CAPES, desde seu primórdio, e cujos resultados são favorabilíssimos à ciência brasileira hodierna.

No domínio da ciência geográfica vislumbramos, principalmente na passagem do século XX ao século XXI, um processo de expansão e fortalecimento notório da pós-graduação brasileira, a romper com padrão de institucionalização iniciado pela CAPES nos anos de 1970, e a evidenciar uma forte concentração espacial, no caso da Geografia no Sudeste, com maior força em São Paulo, e ramificações tímidas no Nordeste e Sul (**Mapa 1**), situação que se manteve até meados dos anos 1980: USP-GH, 1971 ME/DO; USP-GF, 1971 ME/DO; UFRJ, 1972-1992 ME/DO; UFPE, 1976-2003 ME/DO; UNESP-RC, 1977-1983 ME/DO; UFSC, 1985-1999 ME/DO; UFSE, 1985-1994 ME/DO; UNESP-PP 1988-1995 ME/DO; UFMG, 1988-2002 ME/DO (**Mapa 2**).

A instituição da Geografia como ciência foi marcada por forte influência das universidades estaduais paulistas, especificamente as detentoras da modalidade de doutorado. A USP (Programas de Geografia Física e Geografia Humana), seguida pela UNESP/RC, influenciaram na construção da Escola Geográfica Brasileira, gestada nos moldes da Escola Francesa, voltada para o entendimento da realidade brasileira e como reflexo da política de modernização empreendida. A ruptura dessa lógica somente se inicia nos anos 1990, e tem continuidade nos 2000 e 2010, guardando, cada um dos períodos, suas especificidades.

#### Primeira Ruptura, decênio de 1990 a 1999

No decênio 1990-1999, a Pós-Graduação em Geografia atinge 19 cursos, dentre eles 7 Doutorados (DO) e Mestrados (ME) e 23 M, 9 cursos, sendo (3 ME/DO e 6ME) no decênio 1980 a 1989 e 5 (2 ME/DO e 3 ME) no decênio 1970-1979.

Na década de 1990, como pode ser observado no Mapa 3, há indicação de movimento de expansão: i) pela ampliação do número de cursos de mestrado no próprio Sudeste, além do eixo das universidades estaduais paulistas, como foi o caso da PUC/MG (1996-1999 ME/DO),

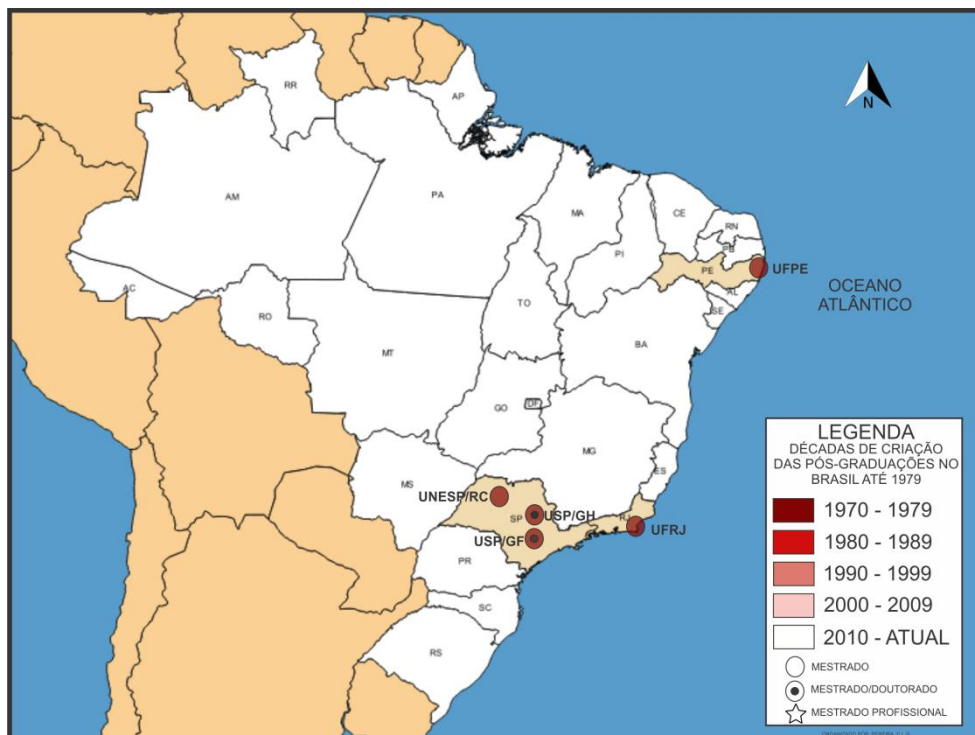
UFF (1998-2002 ME/DO) e UFU (1998-2003 ME/DO); ii) na região Sul, envolvendo, de um lado, a UFRGS (1998-2004 ME/DO) e a UFPR (1999-2005 ME/DO) e, de outro, a UEM (1998-2007 ME/DO); iii) no Nordeste, com a UFBA (1998-2010 ME/DO), e a UECE (1996-2010 ME/DO); iv) na inclusão da região Centro-Oeste na cartografia da Pós-graduação brasileira: UFG (1995-2005 ME/DO) e UNB (1996-2010 ME/DO) (**Mapa 3**). Também é possível constatar um desdobramento que aponta a incorporação da primeira instituição privada (PUC-MG) à lógica de expansão da Pós-graduação no Sudeste, com doutorado implementado rapidamente em 1999; à replicação de criação de cursos no modelo paulista (baseado em instituições estaduais) nas regiões Nordeste e Sul; à implantação do segundo curso de doutorado fora do Sudeste, embora ainda fosse clara a força desta região neste nível de formação (seis cursos de doutorado, em contraste com apenas um no Nordeste e outro no Sul).

Em termos quantitativos e dialeticamente qualitativos, a expansão se dá às expensas de um domínio do Sudeste, com o fortalecimento de seus programas de Pós-Graduação a partir da criação do doutorado, com impactos significativos na formação de pessoal, produção de conhecimento e controle dos veículos de publicação.

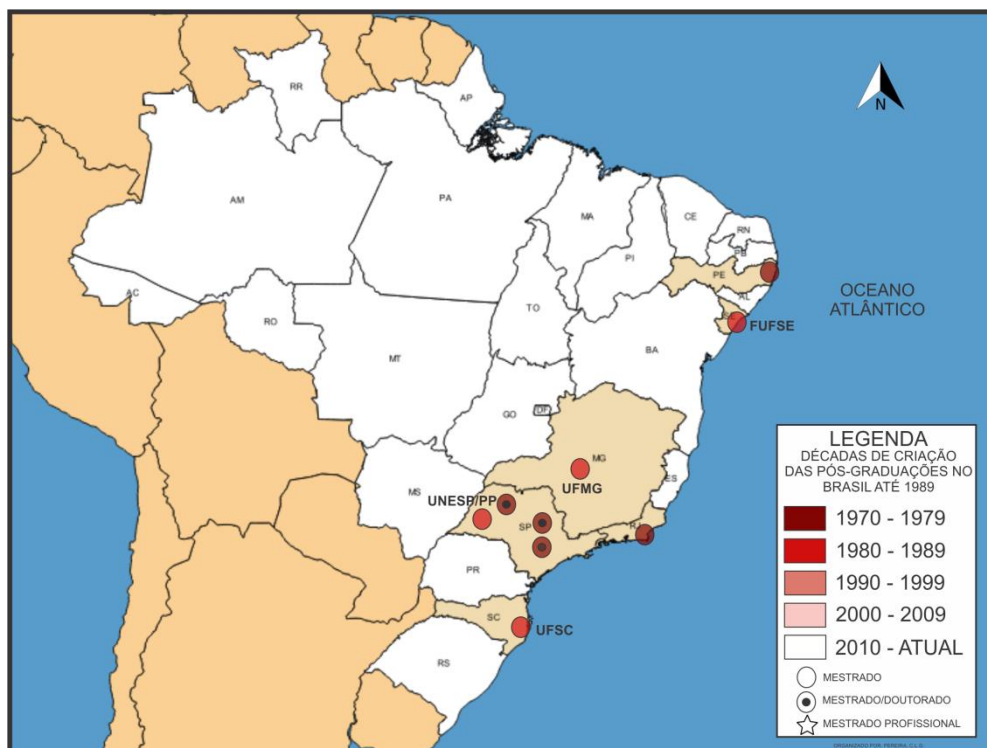
De acordo com estudo conduzido por Dantas (2011) sobre a caracterização do ocorrido com as ciências humanas, e em especial a Geografia brasileira, o conhecimento era veiculado em periódicos assentados nas instituições de maior envergadura como a Revista Brasileira de Geografia (RBG) e o Boletim Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Revista do Departamento da Universidade de São Paulo (USP) e, também, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Revista da AGB nacional). No entanto, na virada do final dos anos 1980-1990, a força das editoras privadas passa a predominar, alavancando o veículo livro, como é o caso da Editora DIFEL, a traduzir textos clássicos franceses, a HUCITEC, com aposta na publicação de obras de Geografia, tendência esta que permanece na atualidade, com a CONTEXTO, com atuação em São Paulo, e a ANNABLUME no Rio de Janeiro, além das editoras universitárias.

Para Dantas (op. cit.), essa trajetória impõe à geografia um quadro diferenciado do característico das ciências exatas, naturais, biológicas e sociais aplicadas, que jamais abdicaram ou minimizaram o veículo periódico. Seguindo outro percurso, mantiveram-se ao longo do tempo fiéis a este veículo, fortalecendo-o na divulgação do conhecimento produzido no Brasil, disponibilizando em escala internacional em periódicos de peso.

**Mapa 1 – Expansão e Consolidação da Pós-Graduação em Geografia: anos 1970**



**Mapa 2 – Expansão e Consolidação da Pós-Graduação em Geografia: anos 1980**



## Segunda Ruptura, decênio de 2000 a 2009

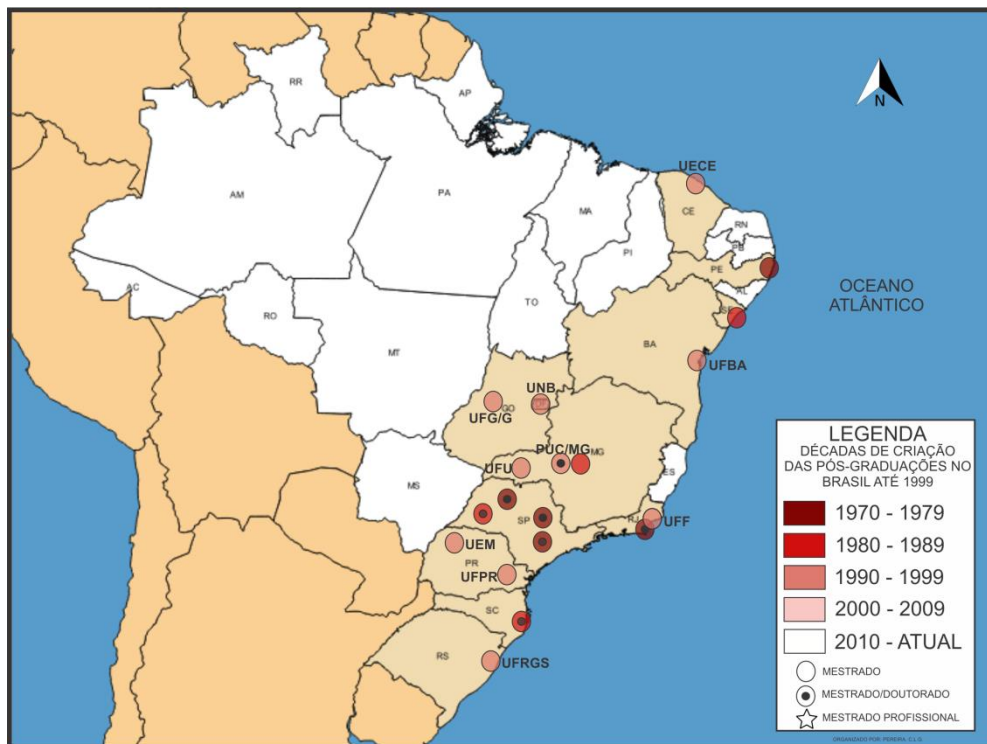
No decênio 2000-2009, a Pós-Graduação em Geografia atinge o número de 41 cursos, dentre eles 18 ME/DO e 23 ME.

Nesse período é possível vislumbrar processo de expansão a encampar, de fato, a dimensão nacional, ou seja, todas as regiões do país apresentam nuances de fortalecimento da pós-graduação, com implantação de mais cursos de doutorado fora do Sudeste. No Centro-Oeste a tônica de expansão é forte, com criação de seis novos cursos (UFMS, 2000 ME, hoje descredenciado; UFMT, 2001 ME; UFGD, 2007-2013 ME/DO; UFG-Catalão, 2007 ME; UFMS-Três Lagoas, 2008 ME e UFG-Jataí, 2008-2015 ME/DO), acompanhada de nuance de fortalecimento, com criação do primeiro doutorado na UFG. No Sul, o contingente de cursos de mestrado criados se iguala ao caso anterior, seis cursos novos (UEL, 2001-2012 ME/DO; UFSM, 2003-2013 ME/DO; UEPG, 2006-2013 ME/DO; UFRG, 2007 ME; UNIOESTE-Beltrão, 2007-2016 ME/DO e UNICENTRO-Guarapuava, 2008-2016 ME/DO) com a diferença de terem sido criados dois doutorados a mais, na UEM e UFRGS. No Nordeste, observa-se um fortalecimento da Pós-Graduação na Região, com ênfase na implantação entre 2004 e 2008, de doutorados na UFPE e UFC, somando-se ao da UFSE (2000), em comparação com os novos mestrados: UFRN, 2000-2010 ME/DO e UFPB, 2003-2010 ME/DO. No Norte, o processo resulta na criação de mestrados na UFPA (2004-2016 ME/DO), UNIR (2006-2016 ME/DO) e UFAM (2007 ME), apontando para a importância do fenômeno, que indica a inclusão da região na cartografia da Pós-Graduação. O Sudeste reforça seu papel na pós-graduação brasileira com criação de novos doutorados (UFMG, UFF, UNICAMP e UFU), bem como com processo de expansão de mestrados: UERJ (2000-2011 ME/DO); UNICAMP (2002 ME/DO), PUC-SP (2006 ME, hoje descredenciado), UFES (2007 ME) e PUC-RJ (2007-2015 ME/DO) (**Mapa 4**).

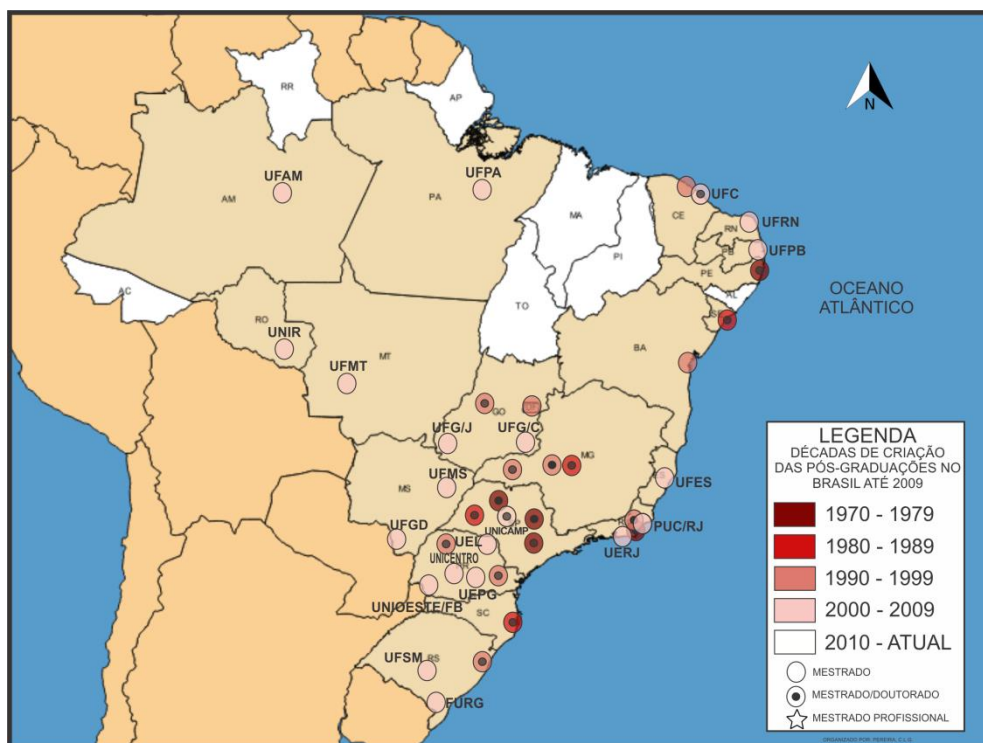
Grosso modo, essas novas configurações de distribuição da pós-graduação no país, anuncia ruptura do modelo pautado nos centros tradicionais, tanto com o fortalecimento de uma periferia próxima como de uma distante. Exemplos desse novo cenário podem ser encontrados, no primeiro domínio, em São Paulo, com o fortalecimento do curso da UNESP-PP, e no Rio de Janeiro, o da UFF, enquanto no segundo, com o atingimento de três doutorados no Nordeste, três no Sul e um no Centro-Oeste. As implicações se fazem sentir no domínio da formação de profissionais e produção de conhecimento, ao ponto de se falar de uma produção de caráter verdadeiramente nacional.

Como uma das consequências do novo arranjo, o volume da produção atinge níveis nunca antes notado na área, se distribuindo diferenciadamente em relação ao veículo considerado. Levantamentos realizados por SILVA & DANTAS (2005) e DANTAS (2011) vislumbram tal comportamento. De 2002 a 2004 verifica-se que livros, capítulos de livros e periódicos contabilizam, respectivamente, 494, 1.189 e 2.067 produtos, em oposição ao notado no período de 2007 a 2009, envolvendo 288, 1.917 e 2.124. Ao mesmo tempo, os periódicos tomam a liderança no quantitativo da produção, situando-se os livros em última posição e com declínio notado do primeiro período ao segundo.

**Mapa 3 – Expansão e Consolidação da Pós-Graduação em Geografia: anos 1990**



**Mapa 4 – Expansão e Consolidação da Pós-Graduação em Geografia: anos 2000**



A virtualidade do processo de avaliação empreendido, e como resultado de padrão concebido coletivamente entre as demais áreas da CAPES, gera seus primeiros resultados, com maior visibilidade dada a cursos novos da periferia próxima e distante e à retomada dos periódicos na pauta de publicação.

O padrão da Geografia se delinea neste momento, com o apontamento de uma lógica gestada na discussão estratégica para as ciências brasileiras e que contempla as características de ciências com matrizes diferenciadas, especificamente nos procedimentos de avaliação envolvidos no Qualis periódico e no Qualis livros da CAPES. Demonstra-se assim a força do acompanhamento e da avaliação da CAPES no refinamento com alteridade, das estratégias de produção e publicação do conhecimento científico. A alteridade se percebe, a partir da adoção de critérios rigorosos de avaliação, na flexibilização do Conselho Técnico Científico-Ensino Superior (CTC-ES) em considerar a publicação em livros (integra ou capítulos) e, fazer eco nas áreas das ciências humanas (com suas especificidades), ao retomarmos periódicos como veículo estratégico.

### **Terceira Ruptura, decênio de 2010 (Atual)**

No decênio de 2010 (atual) o quadro da Pós-Graduação em Geografia no Brasil envolve 64 cursos (dentre eles 35 DM, 25 M e 4 Mestrados Profissionais-MP).

No período em foco, a tendência de nacionalização da Pós-Graduação em Geografia se efetiva, apontando o fortalecimento da área ampliando as fronteiras nacionais e investimento na modalidade de mestrado profissional. Vivenciamos momento no qual a dimensão meramente quantitativa dá lugar a uma qualitativa.

Na dimensão quantitativa, percebe-se que a Pós-graduação em Geografia, embora tenha tomado dimensões nacionais, e ainda não tenha sido implantada no Amapá e Acre, rompe com lógica da expansão, a se justificar na criação de um mestrado e/ou doutorado em cada uma das unidades da federação. Hoje se tornou plural, envolvendo, em vários casos, a criação de mais de um nível da pós-graduação em instituições federais, estaduais e privadas. Exemplo disso ocorreu no Nordeste, o Ceará a contar com três em instituições públicas, dois em estaduais (após criação de Mestrado na UVA em 2013) e um em federal; o Rio Grande do Norte, uma federal com curso acadêmico na sede e um Mestrado Profissional no Campi de Caicó (2015) e uma estadual (criação UERN ME em 2016); a Bahia, a envolver instituição federal e estaduais (MP na UESF em 2013 e recém criado curso de Mestrado na UESB-2016). No Sul, do Rio Grande do Sul, a maior parte se deu em instituições de natureza eminentemente federal (criação de Mestrado na UFPEL em 2012) e do Paraná, em uma federal e seis estaduais (após criação do curso da UNIOESTE Mal. Rondon, 2010 ME). No Centro-Oeste, o movimento se justifica em instituições federais de Goiás; no Mato Grosso do Sul, também em instituições federais (criação de Mestrado na UFMS-Aquidauana, em 2014), e no Mato Grosso, baseado em instituições federal (criação Mestrado na UFMT-Rondonópolis, em 2013) e estadual (Mestrado na UNEMAT, 2015). No Sudeste, a expansão da Pós-Graduação em Geografia notadamente em São Paulo, se deu com consolidação pautada predominantemente nas cinco universidades estaduais,



enquanto em Minas Gerais ocorreu pela expansão recente em instituições federais (UFJF ME, UFSJ, UNIMONTES e UFU-Ituiutaba, com cursos criados em 2010 e 2014. O Rio de Janeiro, apresenta quadro diversificado e a envolver instituições federais, com a criação, em 2014, de mestrados na UFRRJ e UFF-Goytacazes, estaduais (Mestrado da UERJ em São Gonçalo -em 2012) e uma privada. Os demais contemplam uma única instituição por estado e predominantemente de natureza federal, como é o caso dos cursos de Mestrado recém-criados em Alagoas (UFAL-2015) e no Maranhão (UEM-2016). Somente a Região Norte mantém expansão baseada em uma única instituição por estado, a exemplo dos mestrados criados na UFRR e na UFT em 2010 (**Mapa 5**).

Os mestrados profissionais também encontram campo fértil no decênio em foco (**Mapa 5**), com apresentação das primeiras propostas associadas à formação de quadros para o planejamento urbano e a gestão ambiental, dois em São Paulo, associados à UNESP, e um na UEFS, bem como, em relação à área de ensino, como o recém implantado na UFRN (2015). A possibilidade de ampliação se justifica ainda no intento da CAPES em adotar estratégias, por intermédio do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), voltadas ao aperfeiçoamento dos quadros profissionais na Educação Básica.

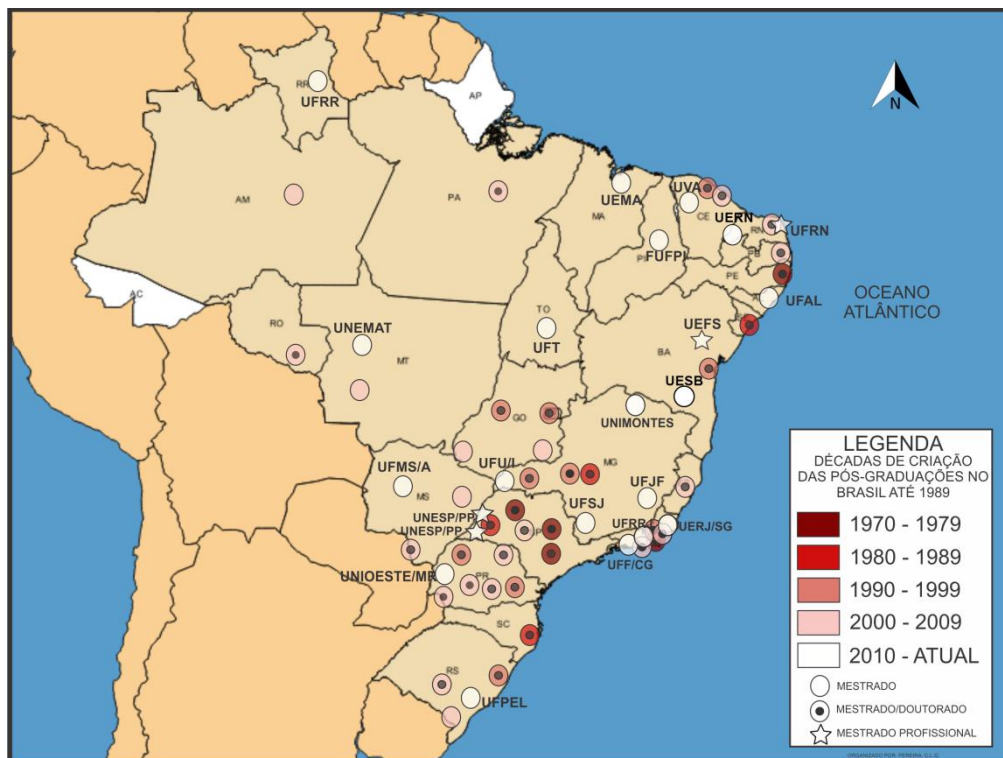
A ciência geográfica, potencializada em uma Pós-Graduação nacional, se fortalece assim ao desfrutar, ainda, de um quadro propício ao estabelecimento de trocas da periferia próxima e distante, somado aos já existentes, entre o centro e as periferias (destaque dado à USP), com os demais cursos notas 3 e 4, pautadas no antigo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e no Mestrado Interinstitucional (MINTER) e Doutorado Interinstitucional (DINTER). No caso do PROCAD destaca-se articulação da UFF com a UECE, representativa da periferia próxima do Sudeste com periferia distante do Nordeste. Exemplo de MINTER-DINTER é desenvolvido em parceria da UFPR com a UNIR, entre periferias distantes do Sul e do Norte. Na formação profissional a UNESP-PP, periferia próxima, a contribuir na formação de quadros de professores da Pós-Graduação do Paraná, periferia distante, somando-se àquelas que tradicionalmente são reconhecidas como formadoras de quadros de professores das pós-graduações brasileiras.

O qualitativo é apreendido a partir do refinamento do quantitativo envolvido, de um lado, na ampliação do número de cursos com doutorado no país, resultado de uma boa avaliação na trienal da CAPES de 2010-2012 e, de outro, no investimento atual em mestrados profissionais, a evidenciar uma quebra de paradigma na área e que negligenciava este gênero de formação.

O doutorado irrompe com força na escala nacional. Da exclusividade do Sudeste, hoje o doutorado foi implantado na totalidade das regiões brasileiras, denotando ainda, com a obtenção da nota 4, quadro de possibilidade de criação de doutorados na região Norte (UFAM) e Centro-Oeste (UFMT), além dos atuais treze criados em cidades do Sudeste, dos sete no Nordeste, nove no Sul, quatro no Centro-Oeste e 2 no Norte. Tal dado é reforçado, ainda, com o fato inédito da obtenção da nota 5 e, principalmente 6, por vários cursos das regiões Sul,

Nordeste e Centro-Oeste. No Sul, os doutorados da UEM e UFPR atingiram 5, além do 6 obtido pela UFRGS. No Nordeste, a nota 5 foi obtida por dois cursos, UFPE e UFC. No Centro-Oeste, a UFG compõe quadro dos cursos nota 6 (**Tabela 1**). Pode-se falar, nestes termos, de atingimento de grau de excelência nas instituições representativas dos estados citados e que as classificam com folga com notas de cursos instalados no Sudeste (nota 5: UERJ, UFMG, UFU, UNICAMP e USP-GF; nota 6: UFF; nota 7: UFRJ, USP e UNESP/PP).

**Mapa 5 – Expansão e Consolidação da Pós-Graduação em Geografia - 2010 (atual)**



A caracterização acima apresentada toma ares mais complexos ao vislumbrar-se, também, uma lógica de expansão-consolidação a envolver a escala municipal, especificamente, e com maior força na ambiência da metrópole. Nos referimos à replicação do movimento inicial percebido na cidade de São Paulo (SP), a contar com dois importantes cursos de mestrado e doutorado (USP/GH e USP/GF), e que hoje atingem as cidades do Rio de Janeiro (UFRJ, UERJ e PUC), de Belo Horizonte (UFMG e PUC) e Fortaleza (UECE e UFC). A citada racionalidade, de viés metropolitano, altera significativamente o comportamento da área no concernente à produção de conhecimento qualificado e aponta quadro hodierno da formação de mestres e doutores em escala nacional.

Tabela 1 – Notas dos Cursos da Área de Geografia, Avaliação Trienal 2013:  
 distribuição por região, estado e instituição

REGIÃO	UF	IES	NAT.	Nota		REGIÃO	UF	IES	NAT.	Nota		
				ME	DO					ME	DO	
SE	SP	USP-GF	Acad.	5	5	NE	PE	UFPE	Acad.	5	5	
	SP	USP-GH	Acad.	7	7		SE	FUFSE	Acad.	4	4	
	SP	UNESP-RC	Acad.	4	4		BA	UFBA	Acad.	4	4	
	SP	UNESP-PP	Acad.	7	7		BA	UEFS	Prof.	3	-	
	SP	UNICAMP	Acad.	5	5		BA	UESB	Acad.	3	-	
	SP	PUC-SP	Acad.	0	-		CE	UECE	Acad.	4	4	
	SP	UNESP-PP	Prof.	3	-		CE	UFC	Acad.	5	5	
	SP	UNESP-Des Ter	Prof.	3	-		CE	UVA	Acad.	3	-	
	RJ	UFRJ	Acad.	7	7		RN	UFRN	Acad.	4	4	
	RJ	UFF	Acad.	6	6		RN	UFRN-Caicó	Acad.	4	-	
	RJ	UERJ-Maracanã	Acad.	5	5		RN	UERN	Prof.	3	-	
	RJ	PUC-RJ	Acad.	4	4		PB	UFPB	Acad.	4	4	
	RJ	UERJ-São Gonçalo	Acad.	3	-		PI	FUFPI	Acad.	3	-	
	RJ	UFRRJ	Acad.	3	-		AL	UFAL	Acad.	3	-	
	RJ	UFF-Campos dos Goytacazes	Acad.	3	-		MA	UEMA	Acad.	3	-	
	MG	UFMG	Acad.	5	5		CO	GO	UFG-Goiânia	Acad.	6	6
	MG	PUC-MG	Acad.	5	5			GO	UFG-Catalão	Acad.	3	-
	MG	UFU	Acad.	5	5			GO	UFG-Jataí	Acad.	4	4
MG	UFJF	Acad.	3	-	DF	UNB		Acad.	4	4		
MG	UFSJ	Acad.	3	-	MS	UFMS-Campo Grande		Acad.	0	-		
MG	UNIMONTES	Acad.	3	-	MS	UFGD		Acad.	4	4		
MG	UFU-Ituiutaba	Acad.	3	-	MS	UFMS-Três Lagoas		Acad.	3	-		
ES	UFES	Acad.	4	4	MS	UFMS-Aquidauana		Acad.	3	-		
S	SC	UFSC	Acad.	4	4	MT		UFMT-Cuiabá	Acad.	4	-	
	PR	UEM	Acad.	5	5	MT		UFMT-Rondonópolis	Acad.	3	-	
	PR	UFPR	Acad.	5	5	MT		UNEMAT	Acad.	3	-	
	PR	UEL	Acad.	4	4	N		PA	UFPA	Acad.	4	4
	PR	UEPG	Acad.	4	4		RO	UNIR	Acad.	4	4	
	PR	UNIOESTE-Francisco Beltrão	Acad.	4	4		AM	UFAM	Acad.	4	-	
	PR	UNICENTRO	Acad.	4	4		RR	UFRR	Acad.	3	-	
	PR	UNIOESTE-Marechal Rondon	Acad.	3	-		TO	UFT	Acad.	3	-	
	RS	UFRGS	Acad.	6	6							
	RS	UFSM	Acad.	4	4							
	RS	FURGS	Acad.	3	-							
	RS	UFPEL	Acad.	3	-							

Curso descredenciado (aparece AA ZERO)

### Produção do conhecimento e veículo utilizado

No domínio da **produção de conhecimento** associada aos veículos livro, periódico, técnica-didática e outros (**Mapa 6**), o quadro inicial que indicava a prevalência do Sudeste e, principalmente, da USP é hoje diversificado e associado a uma produção significativa notada em uma periferia próxima (Rio de Janeiro e Belo Horizonte) e distante (Fortaleza). Da pontuação obtida no quesito produção científica e técnica no triênio 2010-2012, a metrópole a se inserir na maior frequência foi Rio de Janeiro, referente ao somatório da produção da UFRJ, UERJ e PUC-RJ. Outro detalhe a destacar no mapa são as pontuações obtidas em Belo Horizonte e Fortaleza, representativos, respectivamente, dos resultados associados respectivamente à UFMG/PUC-MG e à UFC/UECE (**Mapa 7**). Há, nestes termos, uma ruptura evidente da assimetria no domínio da produção de conhecimento qualificado e, no trato da escala da metrópole, a apontar quadro no qual se evidencia uma produção de conhecimento de qualidade em escala nacional. Urge, neste domínio, desenvolver estudos no domínio da epistemologia da ciência geográfica a denotar o dinamismo do produzido na periferia próxima e distante.

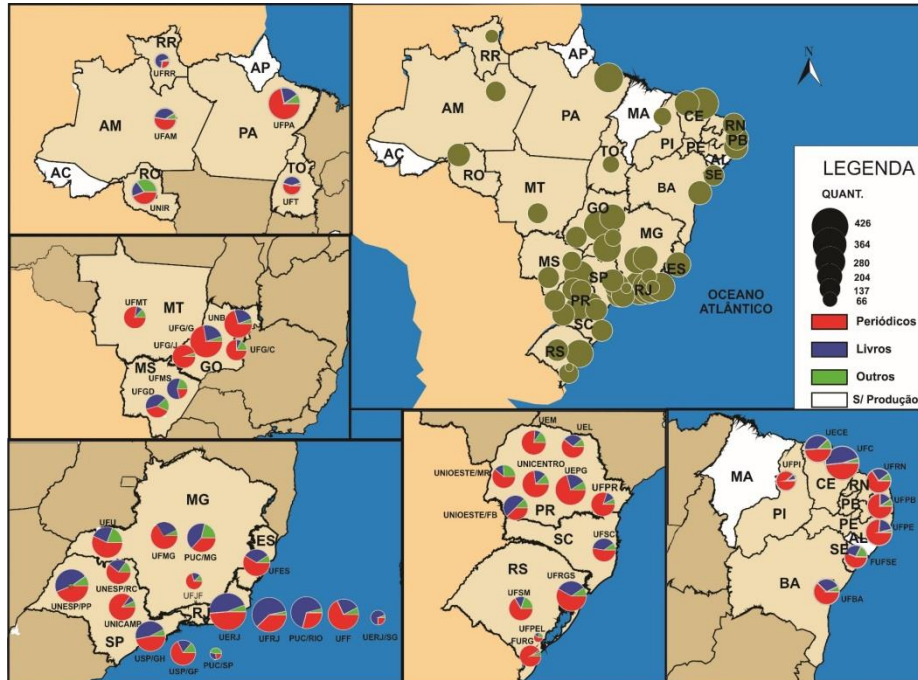
### Formação da Pós-Graduação

No que se refere à **formação de pessoal**, dispomos de dois quadros. Um relativo à formação de mestres (**Mapa 8**), e outro de doutores (**Mapa 9**)

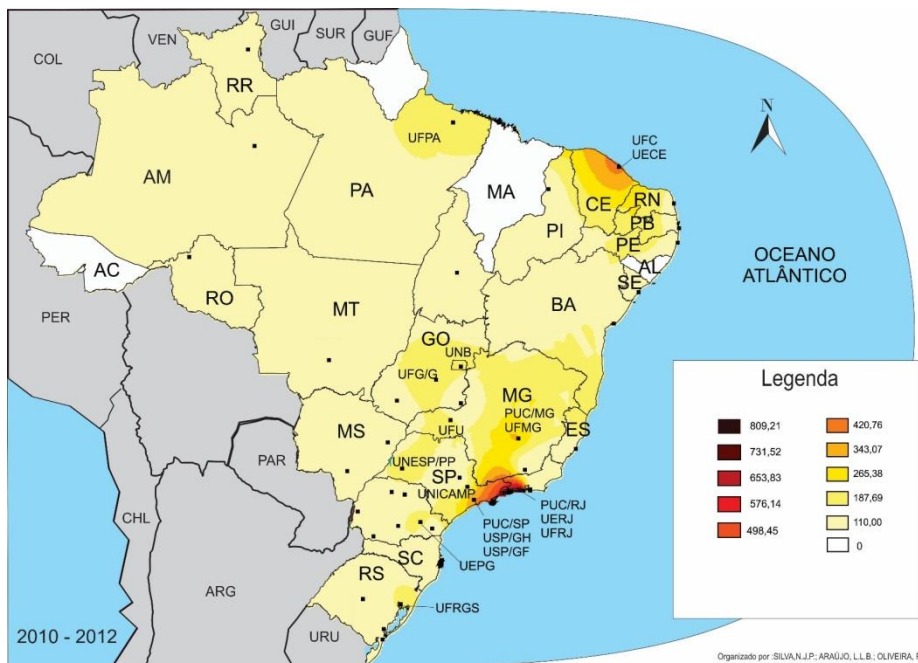
Na formação de mestres percebe-se um cenário na escala nacional, seguido do despontar de novos centros de formação de mestres na periferia distante. Embora a intensidade da formação neste nível ainda se dê predominantemente no Sudeste, com destaque para a cidade de São Paulo, devido a implantação inicial da pós-graduação no estado, é possível vislumbrar a importância adquirida de outras áreas, que veio associada ao número significativo de cursos criados nas cidades do Rio de Janeiro (UFRJ, UERJ e PUC/RJ), Belo Horizonte (PUC/MG e UFMG) e Fortaleza (UFC e UECE). Como no caso da produção científica, aqui se percebe, também, uma quebra da assimetria na formação de mestres, embora se mantenha o papel de destaque da USP/GH e USP/GF, responsáveis pela formação do maior número de mestres no país (**Mapa 8**).

A assimetria ainda é mais acentuada no que se refere à formação de doutores (**Mapa 9**) na qual a força da USP ainda é muito marcante, principalmente no trato de seu papel como metrópole, seguida pelo Rio de Janeiro (UFRJ). Mesmo com a criação de número significativo de doutorados fora do centro e na periferia distante, cuja última fronteira foi rompida na Região Norte com o doutorado da UNIR e da UFPA em 2016, a pequena densidade histórica dos mesmos ainda não impactou significativamente a formação de doutores. Trata-se, contudo, de questão de tempo e de política de fortalecimento e consolidação dos doutorados em Geografia, para que passem a ocupar posição importante na formação qualificada de doutores, o que já se evidencia na periferia próxima, especificamente na importância das instituições interioranas dos municípios de São Paulo (UNESP/PP e UNICAMP), somada à tradicional contribuição de Rio Claro (UNESP/RC); do município de Belo Horizonte e suas instituições (PUC/MG e UFMG) e, à exceção da periferia distante, a de Curitiba (UFPR).

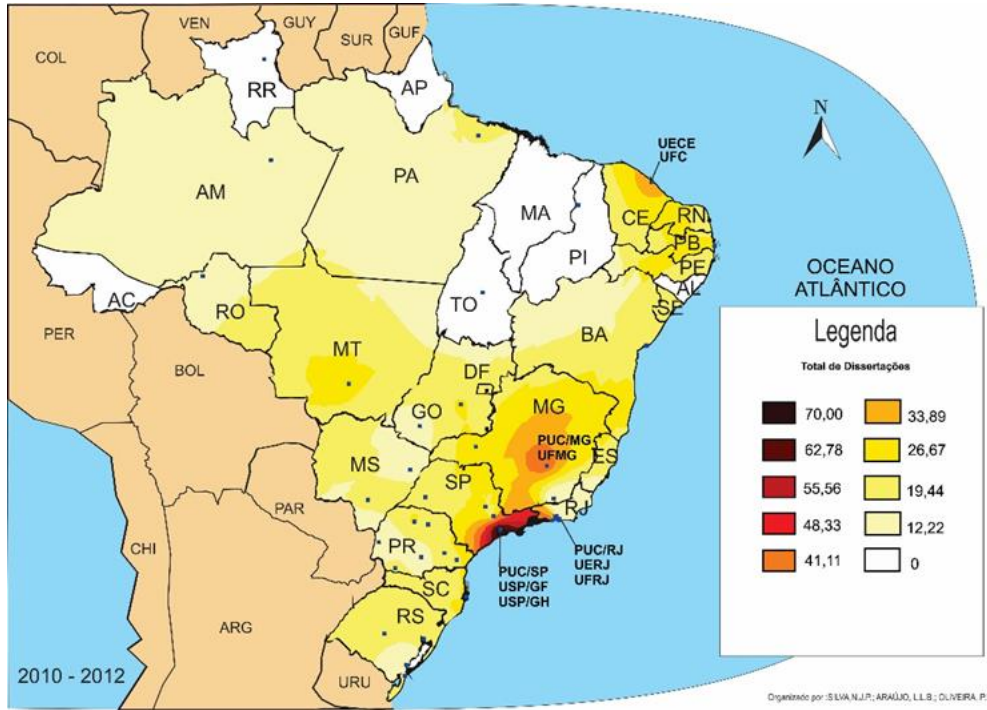
**Mapa 6 - Produção de Conhecimento – pontuação nacional por Veículo (2010-2012)**



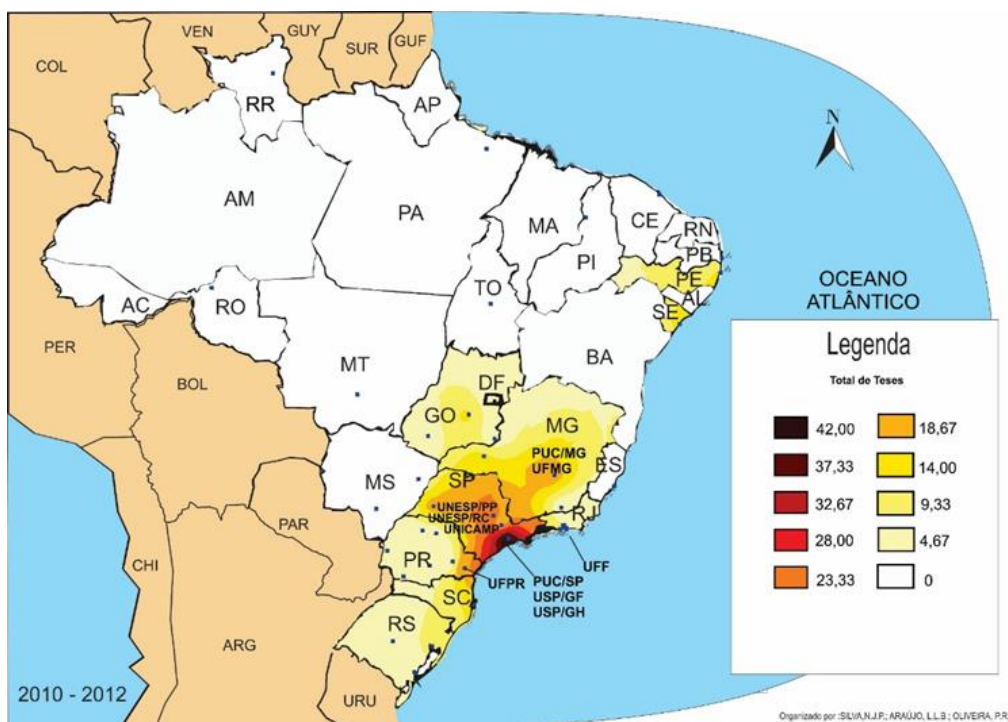
**Mapa 7 - Produção de Conhecimento – pontuação nacional na escala municipal (2010-2012)**



**Mapa 8** - Formação de Mestres na Pós-Graduação em Geografia – distribuição por município (2010-2012)



**Mapa 9** - Formação de Doutores na Pós-Graduação em Geografia – distribuição por município (2010-2012)



### Índice H da Pós-Graduação

Nos termos apresentados acima, a temática da assimetria na Pós-Graduação em Geografia no Brasil não se explica mais na dimensão meramente espacial e da produção científica. Não se trata mais de levar a pós-graduação a todas as regiões e estados, ou da necessidade de produzir conhecimento qualificado em escala nacional. A assimetria somente é clara e evidente na formação de profissionais, embora muito se tenha avançado na formação de mestres em escala nacional e já se vislumbre processo de formação de doutores na periferia distante, nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, envolvendo número maior de instituições do que as representativas do indicado na avaliação trienal 2013 (**Mapa 10**).

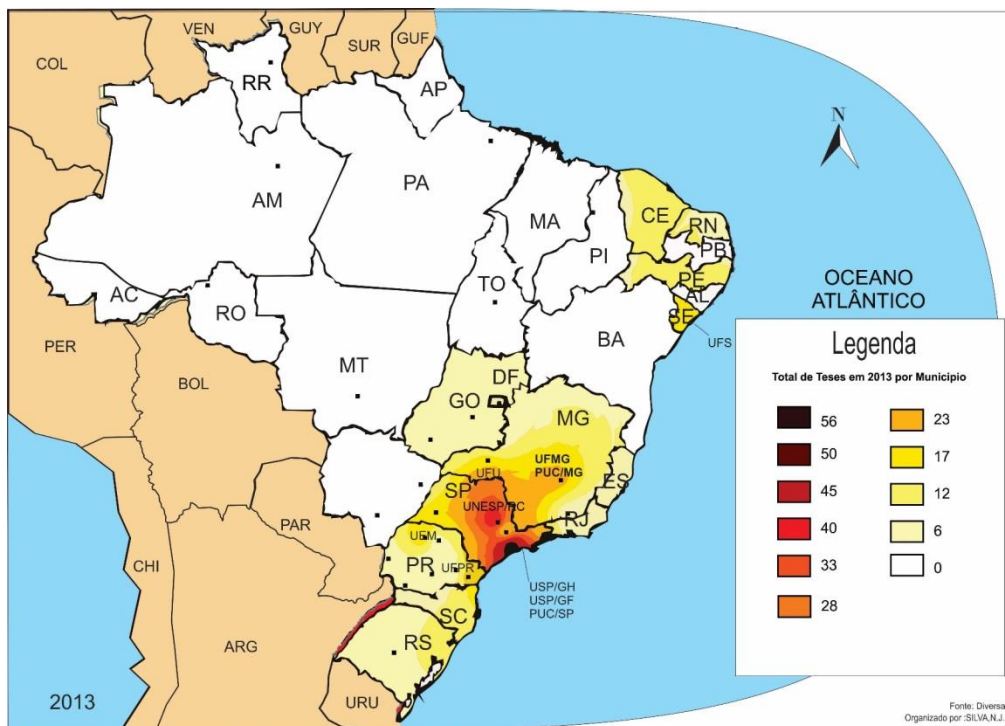
A consolidação de uma pós-graduação em geografia em nível nacional, apontada pela produção de conhecimento qualificado, inter-relacionada à tendência crescente de formação de doutores fora do centro (na periferia próxima e distante, a primeira com maior ênfase), se reflete no Índice H dos programas (**Mapa 11**), considerando o volume de citações nos últimos 10 anos associado aos professores permanentes dos cursos e programas em Geografia.

Além do volume de citações em evidência, a análise pormenorizada dos dados relativos ao índice H, pautado no Google Acadêmico, permite também uma visualização: i. da frequência da produção dos professores no programa, além da escala de tempo da avaliação; ii. das suas publicações mais importantes na vida acadêmica; iii. dos veículos nos quais são difundidas. Assim, os dois últimos aspectos auxiliam na percepção da importância da produção de livros associada à de periódicos, uma marca da Geografia na divulgação de conhecimento científico que vira fonte. Trata-se, assim, de um contraponto à análise meramente qualitativa a auxiliar no entendimento do comportamento da área, *vis-à-vis* parâmetros mais clássicos e consolidados da avaliação empreendida.

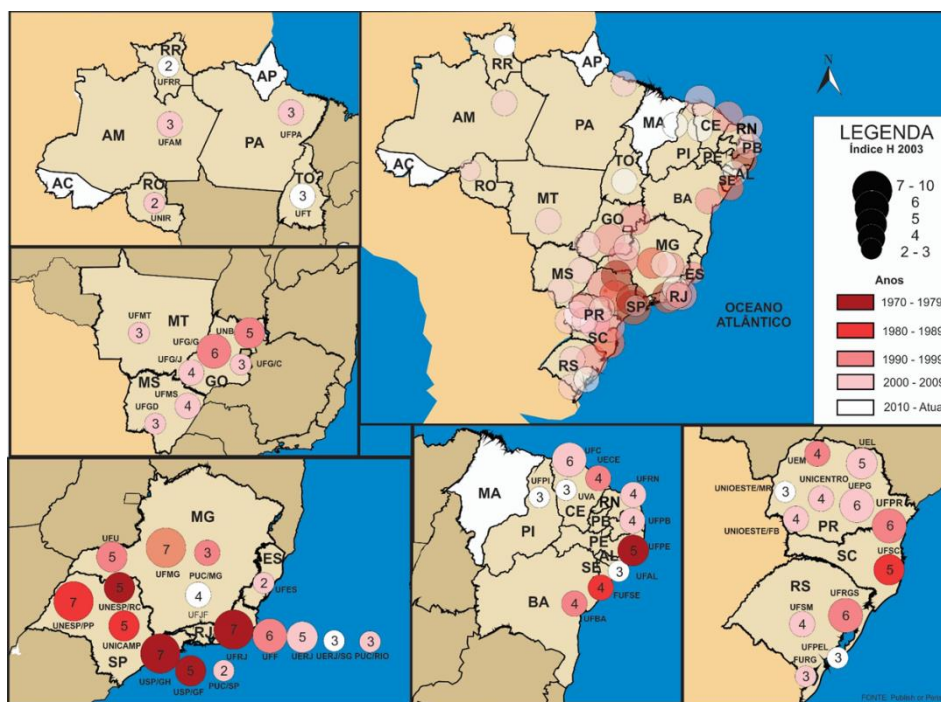
Do estabelecido neste constructo, a Área de Geografia passa a lidar com novas dimensões paradigmáticas focadas no domínio da **interdisciplinaridade** e na **atuação no Ensino Básico e Fundamental**.

No primeiro domínio, da interdisciplinaridade, a área entende como um entrelaçamento ou junção de diferentes campos do conhecimento científico na produção de um conhecimento novo sobre a realidade que se impõe a partir de problemas e questões apresentadas às sociedades, sendo contrária a qualquer homogeneização e/ou enquadramento conceitual. Pode-se concluir que a interdisciplinaridade acompanha o conhecimento geográfico desde sua origem como disciplina, expressando sua preocupação com a busca da compreensão da relação da sociedade com a natureza. Assim, em seu desenvolvimento, a Geografia tem como parte constitutiva dos seus objetos de pesquisa essa relação continente – sociedade/meio ambiente – que abriga necessariamente distintos conteúdos de outras disciplinas e campos do conhecimento, da natureza primeira e sua dinâmica a diferentes aspectos que caracterizam e modelam a sociedade contemporânea.

**Mapa 10** - Formação de Doutores na Pós-Graduação em Geografia – distribuição por município (2013-2014)



**Mapa 11** – Índice H dos Cursos e Programas em Geografia: período de 203 a 2014 (10 anos)





O que caracteriza a análise geográfica (e a difere das demais) quando de suas abordagens com relação às suas categorias analíticas (território, espaço, região, paisagem e lugar) é o conceito de espaço, de espacialidade e de produção do espaço, intercalando e considerando as diferentes escalas de seus processos (do global ao local).

Desse modo, considera-se fundamental para aprofundamento da análise geográfica e sua capacidade de explicar o mundo, que antes de tudo, a ciência geográfica seja capaz de produzir um conhecimento e um discurso de base intradisciplinar, entre as diversas subáreas, a saber: a Geografia Urbana, a Geografia Agrária, a Geografia Regional, a Geografia Política, com as disciplinas físicas, como a Geomorfologia, a Climatologia, a Hidrogeografia, a Biogeografia entre outras.

De qualquer forma, o potencial de produção de conhecimento da Geografia na perspectiva interdisciplinar é bastante elevado, pois como trata das dimensões humanas e ambientais ela se apropriou de conteúdo de ambas as áreas do conhecimento, o que a tornou uma ciência que tem se mostrado capaz de dialogar com outros saberes de forma propositiva e integradora, tendo como foco o espaço como objeto de estudo.

São muitos os grupos de pesquisas e os diferentes temas trabalhados que fazem interfaces com outras áreas do conhecimento na Geografia. Um importante exemplo disto pode ser dado pelos grupos pertencentes às subáreas de Geografia Urbana e a Geomorfologia que são compartimentadas em inúmeras especialidades. A Geografia Urbana, por exemplo, com temáticas ligadas ao clima urbano, à renda da terra urbana, à violência urbana, ao planejamento urbano e regional entre tantos outros, e a Geomorfologia, ligadas a pesquisas de estudos de encostas, riscos socioambientais, morfodinâmica, fluvial, recurso hídricos, geomorfologia urbana, planejamento ambiental, etc.

Cabe também ressaltar que um número significativo de docentes permanentes dos programas de pós-graduação em Geografia atua também como docentes permanentes ou colaboradores em programas de áreas diversas, incentivando e ampliando o diálogo interdisciplinar.

Além disso, o papel da Geografia nas formulações teóricas e metodológicas de outras áreas de conhecimento também é significativo, haja vista o grau de influência de geógrafos brasileiros, no período recente, na produção do conhecimento de outras ciências.

Assim, acreditamos que a interdisciplinaridade faz parte do caráter da Geografia e esta tem se mostrado competente no exercício desta prática. Caminhamos, a médio e em longo prazo, para a fronteira do conhecimento. Uma maneira de enfrentarmos esta realidade entre as ciências no futuro é estimular o diálogo e buscar reduzir as distâncias entre as diferentes áreas do conhecimento da pós-graduação.

No segundo domínio da atuação no Ensino Básico e Fundamental, merece destaque que na pós-graduação em Geografia, o ensino constitui uma subárea temática que vem crescendo

nos últimos anos, particularmente como linha de pesquisa dos programas de pós-graduação. Os dados coletados revelam que no triênio de 2007 – 2009 existiam sete programas com linhas de pesquisa voltadas para esta temática e mais recentemente, no triênio 2010 – 2012 este número passou para dez, com participação incrementada em 2016, com a criação do primeiro Mestrado Profissional na área de ensino, na UFRN.

No que se refere aos grupos de pesquisa, na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Área de Geografia, tem-se o registro de 114 grupos, cujas linhas têm o ensino como uma das temáticas centrais e 127 que apresentam a noção de educação nas suas respectivas linhas, indicando uma crescente dedicação dos pesquisadores envolvidos nas discussões sobre tais temas, bem como o direcionamento de trabalhos voltados para o ensino e educação geográfica.

Outra informação, ainda que não numérica, é que parte dos matriculados nos programas de pós-graduação em Geografia já são professores do Ensino Básico, área de nível empregabilidade intensa e se comparada à de bacharel.

O passo a dar na área ainda consiste na possibilidade de criação de um Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO). Ainda não efetivado na área, e em consoante conjuntura ainda não favorável, tal propositura possibilitará formação de professores com melhor qualificação em todo território nacional. Acrescenta-se que a proposta atende ao Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 – 2020, em sua meta 16 que expressa: “Formar cinquenta por cento dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e garantir a todos, formação continuada em sua área de atuação”. Este mesmo documento ressalta a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica assim como das universidades públicas no país. Dentre as principais metas registra-se: a melhoria da qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação.

Este programa visa, em larga escala de atuação, o alcance nacional, objetivando a formação do professor de Geografia do Ensino Básico em todo território nacional, devendo ainda atender professores de Geografia em exercício, principalmente na escola pública que busquem o aprimoramento em sua formação docente com ênfase no conteúdo geográfico do Ensino Fundamental e Médio. Objetiva-se assim, proporcionar o aprimoramento no processo de formação continuada, bem como transformações efetivas da prática no espaço escolar, atendendo desde as necessidades locais às inovações em sala de aula na área do ensino de geografia, além de valorizar o profissional e capacitá-lo para enfrentar os novos desafios em seu exercício profissional.

## II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

O processo de avaliação de Programas de Pós-graduação da área de Geografia adota os princípios e diretrizes da Avaliação Quadrienal 2017, consistindo em uma avaliação classificatória que estabelece diferentes níveis de qualidade de desempenho dos programas em cada área de avaliação e, portanto, não pode gerar concentrações excessivas em quaisquer dos níveis da escala de notas.

Serão submetidos à Avaliação Quadrienal 2017 os programas recomendados pela CAPES, que estejam em funcionamento de acordo com as seguintes condições mínimas: i. Programas acadêmicos - 3 (três) anos; ii. Programas profissionais: 2 (dois) anos; iii. Programas profissionais em rede nacional (PROF) - 1 (um) ano.

Os programas que não atendam a estas condições serão objeto de apreciação pela coordenação de área para fins de avaliação de tendências gerais em seu desempenho e identificação de seus pontos fortes e eventuais fragilidades a serem superadas ao longo do quadriênio 2017-2020.

A Área de Geografia definiu para a avaliação quadrienal, no que se refere à métrica da ficha de avaliação, a proporção de 15% para o Corpo Docente, 35% para o Corpo Discente, 35% para a Produção Intelectual e 15% para a Inserção Social, mantendo-se a mesma ponderação do triênio 2007/2009 e 2010/2012.

Com relação à Proposta do Programa espera-se que apresente coerência entre a área de concentração, as linhas de pesquisa, os projetos dos docentes, as disciplinas curriculares e as dissertações e teses defendidas como forma de garantir consistência acadêmica. Duas orientações importantes neste quesito se referem: a) ao plano de metas (planejamento das atividades futuras), que os programas são solicitados a elaborar, com vistas ao seu melhor desempenho; b) instrumentos de autoavaliação, e de seminários de avaliação, com a participação dos docentes e discentes do programa.

A área enfatiza veementemente que todos os docentes do corpo permanente do programa sejam responsáveis por projeto de pesquisa, por disciplina regular ministrada pelo menos 1 vez no quadriênio, orientem alunos e apresentem produção intelectual compatível com o nível do programa. Estimula-se a realização de estágios e pós-doutorado em IES com elevada qualificação na área e, principalmente, no estrangeiro, associada à uma estratégia de internacionalização.

A área entende que o corpo discente deva ser estimulado a realizar atividades acadêmicas em outras Instituições de Ensino Superior - IES (Procad, estágios em laboratórios e intercâmbio institucional) e instituições públicas e privadas de reconhecida qualidade na área, como forma de diversificação da formação. No caso de alunos de doutorado, recomenda-se a realização de estágios no exterior, em grupos consolidados de instituições relevantes. É

importante a realização de estágio de docência (mesmo para os alunos não bolsistas) e a participação em eventos científicos. Espera-se que os resultados obtidos nas dissertações e teses sejam publicados em periódicos e/ou livros.

### **CONSIDERAÇÕES E PROPOSTAS ADVINDAS DOS SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO**

O Seminário de Acompanhamento 2015 objetivou construir uma "fotografia" da avaliação da área da Geografia baseada nos dados representativos do período 2013-2014, correspondente à metade do interstício do período de avaliação, atualmente de 4 anos (2013-2016). Realizada em Brasília (DF) de 3 a 4 de agosto de 2015, reuniu 51 dos 60 coordenadores responsáveis por programas e cursos acadêmicos (49 presentes dos 56 existentes), bem como dos mestrados profissionais (2 participantes dos 4 existentes).

Por constituir uma "fotografia de meio termo", se mostrou estratégica na construção de elementos de orientação dos programas de pós-graduação para os anos de 2015 e 2016, além de propiciar momento único de articulação e interação entre as coordenações de programas e cursos de nossa área.

A metodologia adotada foi amplamente discutida na 158ª e 159ª reuniões do CTC-ES, com consequente aprovação da realização de atividade de acompanhamentos dos cursos e programas de pós-graduação no Brasil, pautada em indicadores constantes nas planilhas consolidadas para as áreas e fornecidas pela Diretoria de Avaliação (DAV).

Na constituição da estrutura do seminário de acompanhamento da área, houve direcionamento aos tópicos: 1) PROPOSTAS DOS PROGRAMAS; 2) CORPO DOCENTE; 3) CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES e 4) PRODUÇÃO INTELECTUAL.

No delineamento do **Tópico 1**, de caráter eminente qualitativo, contou-se com a participação e colaboração dos Coordenadores dos Cursos e Programas da área. Justifica-se o encaminhamento, no fato de se vislumbrar o processo de avaliação como um constructo no qual temos a possibilidade de nos colocar, entender e interagir com a realidade que nos circunda, tanto do Coordenador de Área e de seus adjuntos, como dos coordenadores dos cursos e programas da Pós-Graduação em Geografia com relação à Coordenação de área e entre eles próprios. Nestes termos, tornou-se possível se colocar em relação ao outro (cursos, programas e coordenadores) e, conseqüentemente, entender verticalmente o perfil dos cursos, programas e da coordenação à qual cada um dos coordenadores se vincula.

A citada dinâmica propiciou, nestes termos, o envolvimento de um público amplo, buscando atingir um caráter formativo, e não meramente informativo, tendo sido composto por grupos de coordenações de cursos e programas. Tais grupos, de perfis diferenciados e com base na nota obtida na última avaliação, realizaram análise das Propostas de Programas, constante no **Quadro 1**.

**Quadro 1 – Fotografia da Área, Item 1 do Formulário de Avaliação, Realizada Por Coordenadores de Cursos e Programas da Área de Geografia (Maior Pontuação)**

Sigla IES	Programa	Tópico 1.1 (50%)					Tópico 1.2 (20%)					Tópico 1.3 (30%)					Maior Ptação	
		1.1A (10%)	1.1B (8%)	1.1C (8%)	1.1D (8%)	1.1E (8%)	1.1F (8%)	1.2A (4%)	1.2B (4%)	1.2C (4%)	1.2D (4%)	1.2E (4%)	1.3A (7,5%)	1.3B (5%)	1.3C (5%)	1.3D (7,5%)		1.3E (5%)
UFRJ	31001017024P4																	100
UFPR	40001016035P1																	100
UFF	31003010095P5																	97,6
UFG	52001016012P5																	97,2
UFC	22001018044P0																	96,5
UFGD	51005018004P5																	96
UFMG	32001010037P1																	95,1
UFU	32006012010P8																	94,4
UFAM	12001015026P3																	94,3
UFPE	25001019016P4																	94
UEM	40004015012P0																	93,7
USP	33002010035P8																	93,6
UNESP/PP	33004129042P3																	93,2
UFBA	28001010032P1																	92,7
UFRN	23001011028P7																	92,4
UFG	52001016042P1																	91,3
PUC/MG	32008015003P4																	91,2
UEL	40002012021P7																	90,2
UFES	30001013034P7																	89,4
UFPA	15001016042P7																	88,2
UFU	32006012070P0																	87,9
UERJ	31004016035P5																	87
USP	33002010034P1																	85
UFAL	26001012038P0																	84,6
UFF	31003010041P2																	84,4
UFPEL	42003016047P8																	84
UFMS	42002010025P1																	83,6
UNIOESTE	40015017018P7																	83
UFG	52001016045P0																	83
UFJF	32005016035P4																	82,7
UNICAMP	33003017080P0																	82,6
FURG	42004012015P5																	82,3
FUFSE	27001016001P2																	80,8
UFSJ	32018010016P0																	80,5
UERJ	31004016062P2																	79,3
UFMT	50001019006P0																	76,8
UFRGS	42001013065P3																	75,2
UECE	22003010006P3																	74,5
UEFS	28002016016P9																	72
UEPG	40005011010P4																	71,7
UNICENTRO	40014010005P6																	71,5
PUC-RIO	31005012034P5																	68,3
UNESP/RC	33004137004P0																	68,2
UNIR	10001018005P0																	67,7
UFMS	51001012039P8																	66,8
UFT	16003012009P5																	65,2
UFRRJ	31002013157P0																	65
FUFPI	21001014027P5																	64
UFMT	50001019036P6																	63,5
UFPB/J.P.	24001015042P2																	63,3
UFMS	51001012015P1																	60,8
UFRR	13001019006P5																	58,4
UFMS	51001012027P0																	58
UNIMONTES	32014015011P3																	56,7
UNESP	33004013068P6																	56,1
UVA-CE	22004017003P0																	47,2
UNB	53001010043P4																	46,4
UEMA	20002017039P7																	
UFRN	23001011078P4																	
UNESP/PP	33004129047P5																	
UNIOESTE	40015017010P6																	
UFSC	41001010016P3																	
UNEMAT	50002015102P5																	

AVALIAÇÃO QUALITATIVA	PT
Muito Bom	5
Bom	4
Regular	3
Fraco	2
Deficiente	1

Os **Tópicos 2, 3 e 4** foram devidamente tratados a partir de planilhas confeccionadas pela DAV, e que permitiu, em um momento oportuno, vislumbrar as tendências da área e no que concerne à composição do corpo docente, do corpo discente e da produção científica a eles associada. Por último, aproveitou-se a oportunidade tanto para discutir os **Critérios de Classificação dos Periódicos**, como para refletir sobre o panorama do processo de **Internacionalização da Pós-graduação em Geografia**.

Na construção da presente fotografia da área percebe-se um processo de qualificação inquestionável, refletindo aprimoramento de seu processo de avaliação. Trata-se de uma cultura gestada por coordenadores de área que nos antecederam e a alavancar um conjunto de conquistas obtidas e que tanto impactaram a área e suscitaram o fortalecimento de sua imagem no Conselho Técnico Científico-Ensino Superior (CTC-ES). Assim, é que não recai mais sobre a Geografia a assertiva de ser uma área que não adota critérios objetivos e procedimentos claros de avaliação. Esse contexto favorável levou à preservação das principais diretrizes herdadas, garantido, dessa maneira, uma ambiência favorável ao encaminhamento das propostas da área e a justificar sua expansão e consolidação no último decênio.

Na oportunidade, apresentaram-se condições concretas e objetivas de estabelecer uma análise parcial dos dados relativos a 2013 e 2014, bem como da discussão de aspectos estratégicos na área. Apropriando-se deste meio técnico informacional mais do que favorável, foi disponibilizado aos Coordenadores de Curso, com antecedência, conjunto de exposições em power point, bem como de informações e estudos sobre o tema da Avaliação dos Periódicos e, no caso da produção qualificada, da utilização do índice H dos cursos e programas, a alimentar banco de informações sobre a produção qualificada.

No primeiro domínio, dos periódicos, discutiu-se material que serviu de balizamento à discussão de utilização de procedimento de análise pautado no Índice H, já testado na avaliação trienal de 2013, e no formulário de avaliação. No concernente ao formulário de avaliação, apresentou-se a necessidade de refinamento dos procedimentos e de adequação de linguagem ao novo contexto. Neste sentido, justificou-se a adequação da linguagem constante na Ficha de Avaliação, que atualmente é pautada nos termos da Scielo-Brasil. Do apresentado e discutido em Brasília foi deliberado, também, a prática de envolver os colegas coordenadores no processo de avaliação dos periódicos, através da análise daqueles nos quais os professores dos respectivos cursos/programas publicaram no período em discussão.

Do segundo domínio, ou seja, o Índice H dos programas, buscou-se dar continuidade ao tratamento focado nas obras de qualidade dos cursos e programas. Para tanto serão utilizados dados provenientes da Plataforma Google Acadêmico, que possibilitam a construção de um conjunto de mapas representativos das citações em escala nacional, permitindo vislumbrar o conjunto de obras, destacando as três mais importantes, associadas aos programas, no sentido de alimentar banco de dados relativo à avaliação da produção qualificada. Tal procedimento se apresenta como um indicador mais qualitativo, e que pode se contrapor à predominância do foco na avaliação em relação a trabalhos produzidos em uma escala de tempo prefixada (a da

avaliação). Pautado em experiência vivenciada na área de Química, esse índice permite a diversificação do procedimento de análise, que é, grosso modo, preso, à ideia da produção em si (quantitativo de trabalhos qualificados publicados). A intenção é a de verificar na área quais os trabalhos que se tornam referência nos programas e que são veiculados em livros, coletâneas e periódicos. Outras possibilidades se apresentam neste domínio, especificamente o da verificação da relação do Índice H com a nota do curso e que pode servir para validar o nível de excelência e de relevância de nossos cursos junto aos das demais áreas na CAPES.

A discussão do seminário de Brasília, que contou com um nível amplo de participação dos colegas, reforçou a expectativa da Comissão da Área em relação ao discutido no evento, e nos levou a realizar conjunto de alterações a refinar a cultura de avaliação da área.

Entre as primeiras alterações, destaca-se a aceitação quase unânime entre os coordenadores presentes em relação à pontuação da produção docente em co-autoria com discentes, e no nível de importância similar ao autoral.

Em segundo lugar, a contribuição de coordenadores a apontar necessidade de detalhamento de alguns aspectos da Ficha de Avaliação utilizada na área e, com destaque, no concernente aos parâmetros de avaliação da inserção internacional.

A partir da participação dos coordenadores, houve a indicação de novos procedimentos a serem adotados na Avaliação de Livros, incluindo a ampliação da participação dos mesmos, à partir do preenchimento da Parte II da Ficha de Avaliação. Criou-se um contexto no qual as Coordenações realizarão análise parcial de suas obras pautada nas orientações encaminhadas. Trata-se de um gênero de produto muito caro à Área, cuja participação dos coordenadores tende a potencializar o processo, reduzindo as margens de erro no tratamento de todas as obras.

Do apresentado, percebe-se como a Comissão de Área, ao tentar criar mecanismos de indução para seus cursos e programas, foi reinventada pela leitura analítica dos coordenadores, o que suscitou a indicação de procedimentos e metas a serem cumpridas, voltada ao refinamento dos procedimentos e adequação às linguagens hodiernas.

### **Refinamento**

Um dos principais objetivos da Coordenação de Área está sendo o de ampliar o nível de participação dos coordenadores de cursos e programas na dinâmica de construção de fotografias da área. Isto, porque essa participação representa experiência já vivenciada em outras áreas, em relação às quais vislumbramos avanços significativos em seus processos de avaliação.

O processo de avaliação dispõe de um caráter formativo, e não meramente informativo, que permite vislumbrá-lo como um constructo no qual há a possibilidade de se posicionar,

entender e interagir com a realidade a nos circundar (da Pós-graduação da Geografia brasileira).  
Em termos práticos busca-se a participação ativa dos coordenadores:

- i. Na análise das propostas de programa;
- ii. No cálculo do índice h de seus cursos e programas;
- iii. Na avaliação dos periódicos da área, realizando preenchimento do formulário de avaliação e atuando no cálculo do índice h;
- iv. Na construção de templates sínteses a comporem fotografias futuras da área.

### Adequação às linguagens hodiernas

Como reflexo do discutido no seminário, empreende-se, na área:

- i. Modificações nos critérios de avaliação dos periódicos da área, incorporando, além do índice h, indicadores fundantes nos procedimentos de indexação junto à Scielo;
- ii. Discussão do tópico relacionado ao nível de internacionalização dos cursos e programas, induzindo aprimoramento em seu preenchimento, bem como a adoção de indicadores e pesos respectivos;
- iii. Adoção de procedimentos de avaliação a valorar, no domínio da produção científica, a co-autoria qualificada.

## III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

### MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
<b>1 – Proposta do Programa</b>		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	A proposta deve assinalar de forma clara e precisa os objetivos do programa e as metas a serem alcançadas indicando o perfil acadêmico pretendido. Estes objetivos devem estar em consonância com as áreas de concentração, com as linhas de pesquisa, projetos em andamento e com a proposta curricular. A estrutura curricular deve apresentar consistência, abrangência e atualização da área de concentração articulada com as linhas de pesquisa, os projetos em andamento e o conteúdo das disciplinas. A proposta curricular deve ser capaz de proporcionar formação teórica e metodológica que contemple bibliografia de referência (clássica e contemporânea, nacional e estrangeira). Esta deve indicar, também, estratégias de formação didático-pedagógicas. Os projetos em andamento devem apresentar coerência em relação ao perfil do corpo docente considerando a sua formação e qualificação.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção	20%	Recomenda-se que seja explicitada na proposta a identificação dos desafios e planejamento de metas do programa, em consonância com as condições regionais, nacionais e internacionais. Espera-se que haja um plano para a qualificação do corpo docente, assim como proposta de enfrentamento de desafios da área em relação à formação discente e produção do conhecimento. Quando for o caso, apresentar propostas de mudanças e alterações estatutárias, curriculares e organizacionais, vinculadas ao processo de autoavaliação do programa, incluindo-se critérios de credenciamento e reconhecimentos docente.



social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.		Demonstrar a articulação dos docentes e/ou grupos de pesquisa do programa em redes nacionais e internacionais mediante convênios e participação em editais das agências de fomento. Explicitar os mecanismos / instrumentos utilizados tanto para a seleção de ingresso discente, como para o acompanhamento de egressos.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	Demonstrar a existência, a adequação e a suficiência de laboratórios para a realização dos projetos de pesquisa docentes, dissertações e teses. Demonstrar a existência de espaços para o uso cotidiano dos docentes e discentes, explicitando as instalações e equipamentos disponíveis, incluindo sala de permanência de discentes, sala de professores, secretaria administrativa, salas de aula e defesa, auditórios, laboratório de informática e biblioteca, entre outros. Demonstrar a qualidade e a adequação do acervo disponível na biblioteca e no acesso à internet. É desejável que o programa divulgue quais são, e como utilizam, os seus recursos financeiros para a realização de suas atividades docentes e discentes.
<b>2 – Corpo Docente</b>	<b>15%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	25%	O corpo docente deve ser composto por doutores. Em sua maioria, com formação na área e com tempo de dedicação integral na IES, de acordo com o documento de área. É valorizada a diversificação na origem de formação do corpo docente (graduação e/ou pós-graduação em outras IES de referência). É avaliada a experiência do corpo docente, medidas pela maturidade, liderança, projeção nacional e internacional e, capacidade de atração de estágios de pós-doutorado. É desejável que haja um fluxo equilibrado entre docentes com maior maturidade e ingresso de jovens doutores.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	25%	Aderência da área de formação do docente à proposta do programa. É esperado que a totalidade dos docentes permanentes tenha ministrado disciplina, coordenado projeto de pesquisa, participado das atividades internas do programa e orientado dissertações e/ou teses. É fundamental que o corpo docente apresente produção intelectual por meio de artigos em periódicos, livros e capítulos de livros, além de participação em eventos científicos nacionais e internacionais. Espera-se que haja estabilidade do corpo docente na relação entre permanentes e colaboradores, evitando-se uma mobilidade artificial entre as categorias. A Área de Geografia considera que um docente possa atuar em até dois programas como permanente, além de um mestrado profissional.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	35%	É esperado que haja equilíbrio das atividades de ensino, de orientação de teses e/ou dissertações e de pesquisa, entre os docentes permanentes do programa.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.  Obs: este item só vale quando o Programa de Pós-Graduação em Geografia estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver,	15%	É desejável que os docentes permanentes ministrem disciplinas em cursos de graduação e orientem alunos de graduação (Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Curso, etc.). Participação de alunos de graduação nos grupos de pesquisa.

seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.		
<b>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</b>	<b>35%</b>	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	25%	Será avaliada a proporção de dissertações e/ou teses concluídas em relação ao corpo docente permanente. Espera-se equilíbrio entre o número de ingressantes e o número de titulados em relação à dimensão do corpo discente.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Espera-se equilíbrio no número de orientandos por orientador, considerando também possibilidade de distribuição associada experiência intelectual e vivência temática do docente do corpo permanente.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações, e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	35 %	Espera-se que os resultados das teses e dissertações sejam publicados na forma de artigos em periódicos, livro, capítulos de livros. A produção intelectual do corpo discente será avaliada de acordo com o Qualis da área e a classificação de livros. É desejável que o corpo discente tenha participação em eventos científicos e produção compatível com o nível do curso. É recomendável que haja integração entre projetos de pesquisa e seus resultados por meio de publicações em coautoria entre docentes e discentes da PG e entre estes e discentes de graduação. Será considerada a proporção de discentes que realizam estágios fora da IES.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	20%	É esperado que o tempo médio de formação de mestres e doutores esteja dentro da média da área no quadriênio. Valoriza-se a capacidade do programa na obtenção de bolsas de mestrado, doutorado, sanduíche e outras modalidades.
<b>4 – Produção Intelectual</b>	<b>35%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	Considera-se que a produção qualificada e contínua de um programa deva repercutir significativamente na formação dos pós-graduandos. Espera-se que a produção intelectual no âmbito da pós-graduação seja efetivada na forma de autoria e coautoria entre docentes e discentes sob forma de artigos científicos publicados em periódicos classificados nos estratos superiores do Qualis e de livros e capítulos de livros, da classificação realizada pela área no quadriênio. A área também considera artigos completos em anais de eventos, ainda que de forma complementar. No caso de docentes permanentes em mais de um programa, a produção intelectual será computada apenas uma vez (o docente deverá indicar para cada programa da área no qual participa quais produtos deverão ser relacionados no relatório).
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Espera-se que a produção qualificada seja distribuída de forma equilibrada entre os docentes permanentes do programa.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	É considerado como produção técnica: relatórios elaborados para órgãos e instituições públicas e privadas divulgados por meio impresso ou eletrônico; produtos cartográficos, apresentação de trabalhos em eventos científicos; elaboração de normas e programas; relatórios de pesquisa; traduções, prefácios e resenhas; pareceres e laudos técnicos; produção de material didático; organização de eventos científicos e artigos para divulgação, patentes, e outros.
4.4. Produção qualificada adicional.	20%	Com o objetivo de apreender volume de citações associadas aos cursos e programas, considerar-se-á o Índice H (Google Acadêmico) dos mesmos e dele

		serão extraídos os três produtos mais citados de cada docente permanente, denotando assim o que a área define como produção qualificada diferenciada.
<b>5 – Inserção Social</b>	<b>15%</b>	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	Este item é de avaliação qualitativa, levando em conta os seguintes aspectos: Educacional: contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio e superior. Desenvolvimento de ações referentes à formação continuada, produção de material didático-pedagógico, geração de propostas inovadoras, atenção às políticas de inclusão e de avaliação; Social: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados visando cooperar para responder às demandas sociais, bem como contribuir para a disseminação dos recursos da ciência e do conhecimento para a sociedade em geral (entrevistas, artigos em jornais e revistas, dentre outros); Cultural: contribuição para o desenvolvimento cultural; para políticas culturais; para a ampliação do acesso à cultura e para o conhecimento nesse campo (guias, cartilhas, exposições, materiais instrucionais, mídias, dentre outros); Tecnológico/Econômico: ações que contribuam para o desenvolvimento de políticas ambientais e econômicas.
5.2. Integração e cooperação com outros programas, centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	Participação em programas institucionais de cooperação acadêmica, incentivados pelas agências de fomento CAPES, CNPQ, FAPs, FINEP. (Minter/ Dinter, Procad, PGPSE, convênios entre as IES, etc.). Estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre programas de diferentes IES, institutos de pesquisa e outros (doutorado sanduíche, mobilidade estudantil e docente, estágios, etc.). Docentes com atividades em outros programas (participação em bancas, palestras, cursos de curta duração, etc.). Número de discentes e docentes de outros programas com atividades no programa (participação em bancas, palestras, cursos de curta duração, etc.). Participação de docentes do programa em redes de pesquisa interinstitucionais (projetos temáticos, INCT's e assemelhados). Parcerias entre instituições e associações na organização de eventos científicos e culturais relevantes para a área.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	20%	Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, dos dados internos, critérios de seleção de alunos, produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc. Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria Capes 13/2006, que torna obrigatória essa providência.

### MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 – Proposta do Programa</b>		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	25%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa, em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores, e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e	15%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de

administração.		informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	30%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
<b>2 – Corpo Docente</b>	<b>15%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7o da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional). - Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7o da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial.”
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
<b>3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão</b>	<b>30%</b>	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	40%	- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	20%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
<b>4 – Produção Intelectual</b>	<b>30%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	30%	- Examinar o número total de publicações do programa no triênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções	30%	- Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: - Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou

consideradas relevantes.		<p>municipais (livros).          Artigos publicados em periódicos técnicos.          Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais.          Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor.          Elaboração de protocolos, normas ou programas.          Consultoria ou assessoria técnica.          Produtos técnicos.          Protótipos.          Patentes.          Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
<b>5 – Inserção Social</b>	<b>25%</b>	
5.1. Impacto do Programa.	30%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade atende os objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre</p>

		os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense. j) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinâmismos, e que não foram contempladas na lista acima.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	30%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).

A análise dos quesitos e itens especificados na ficha acima basear-se-á em análise qualitativa/quantitativa a focar conjunto de indicadores, especificados abaixo:

O **Quesito 1, PROPOSTA DO PROGRAMA**, é o único sem atribuição de peso na avaliação. A proposta deve demonstrar coerência entre os objetivos do programa e área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular e infraestrutura. Dos itens a ele associados (1.1; 1.2; 1.3) atribui-se conjunto de indicadores (1.1.A; 1.1.B; 1.1.C; 1.1.D; 1.1.E; 1.1.F):

**1.1. (50%)**

- 1.1.A. adequação, coerência e proporcionalidade dos Professores Permanentes com as respectivas Linhas de Pesquisa (10%);
- 1.1.B. adequação, coerência e quantidade das Linhas de Pesquisa com as respectivas Áreas de Concentração (8%);
- 1.1.C. adequação, coerência e quantidade das disciplinas oferecidas em relação às Linhas de Pesquisa e Áreas de Concentração (8%);

- 1.1.D. consistência das ementas, assim como a coerência e a atualização das respectivas bibliografias (8%);
- 1.1.E. presença de disciplinas de fundamentação teórica e metodológica (8%);
- 1.1.F. adequação e coerência dos projetos em relação às linhas de pesquisa e áreas de concentração (8%).

## **1.2. (20%)**

- 1.2.A. adequação das propostas do programa em consonância com as condições regionais, nacionais e internacionais (4%);
- 1.2.B. propostas para enfrentar os desafios da área tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos (4%);
- 1.2.C. propostas de qualificação do corpo docente (4%);
- 1.2.D. propostas de qualificação do corpo discente (4%);
- 1.2.E. mecanismos de acompanhamento dos egressos (4%).

## **1.3. (30%)**

- 1.3.A. Laboratórios e instalações com condições para a realização das dissertações e teses (7,5%);
- 1.3.B. Biblioteca com acesso rápido às informações (5%);
- 1.3.C. Recursos de informática disponíveis para alunos e docentes (5%);
- 1.3.D. Biblioteca com acervo adequado às linhas de pesquisa e área de concentração (7,5%);
- 1.3.E. Recursos para a realização de atividades docentes e de orientação (5%).

O **Quesito 2, CORPO DOCENTE**, possui peso atribuído pela área de **15%**. O corpo docente deve ter titulação de doutor e experiência em investigação científica na(s) área(s) de concentração, além de ser numericamente compatível com a dimensão e diversidade do programa. A maioria dos professores deve pertencer à categoria de docentes permanentes e ter vínculo de trabalho em tempo integral na instituição.

## **2.1. (25%)**

- 2.1.A. corpo docente permanente composto por doutores com titulação na área (6%);
- 2.1.B. adequação das áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes à Proposta do Programa (4%);
- 2.1.C. diversificação na origem de formação do corpo docente permanente (instituições onde obtiveram a titulação), considerando-se o desenvolvimento institucional do Programa (5%);
- 2.1.D. nível de experiência do corpo docente, inclusive sua projeção nacional e internacional e capacidade de atração de alunos para estágios pós-doutorais (4%);
- 2.1.E. participação de docentes na condição de visitantes ou associados a doutorados e mestrados interinstitucionais (Dinter/Minter), de consultores técnico-científicos de

instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de membros do corpo editorial e do conselho científico em periódicos especializados e de editoria de veículos científicos. (6%).

## **2.2. (25%)**

2.2.A. atuação do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores (15%);

2.2.B. proporção do corpo docente permanente em relação ao corpo docente total (10%).

## **2.3. (35%)**

2.3.A. docência na PG: n. de docentes permanentes que lecionaram na pós-graduação em relação ao total de docentes permanentes (10%);

2.3.B. orientação na PG: percentagem dos docentes permanentes que orientaram na PG em relação ao total de docentes permanentes (10%);

2.3.C. número de orientações por docentes do programa (permanente e colaborador) (10%);

2.3.D. coordenação de projetos de pesquisa: número de docentes permanentes envolvidos em projetos de pesquisa em relação ao total dos docentes permanentes (5%).

## **2.4. (15%)**

2.4.A porcentagem de projetos de pesquisas com financiamento para sua execução: auxílios financeiros e bolsas de pesquisa, com relação ao total de projetos (7,5%);

2.4.B. Orientação nos cursos de graduação: número médio de orientandos da graduação por docente permanente (7,5%).

O **Quesito 3, CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES**, possui peso atribuído pela área de **35%**. O curso ou programa deve ter capacidade de admitir discentes de mestrado e/ou doutorado, proporcionar-lhes a formação necessária e possibilitar sua titulação no tempo previsto, atendo-se ao pressuposto básico da qualidade acadêmica.

## **3.1. (20%)**

3.1.A proporção de dissertações concluídas em relação ao corpo docente permanente (7,5%);

3.1.B. proporção de teses concluídas em relação ao corpo docente permanente (7,5%);

3.1.C. proporção de titulações em relação à dimensão do corpo discente (permanente e colaborador) (5%).

## **3.2. (15%)**



3.2.A. número de orientandos compatível com a experiência, produção intelectual e disponibilidade do orientador. Distribuição de defesas por orientador do corpo permanente (15%).

### **3.3. (45%)**

3.3.A. proporção de discentes e egressos autores com publicações em relação à dimensão do corpo discente. (artigo em periódico, capítulo de livro, livro e trabalhos completos em anais de eventos científicos) (35%);

3.3.B. coerência das teses e dissertações com linhas e projetos de pesquisa (5%);

3.3.C. porcentagem de bancas com doutores externos (5%).

### **3.4. (20%)**

3.4.A. Discentes que realizaram estágios em outras IES e/ou outras instituições de ensino e pesquisa (5%);

3.4.B. fluxo de entrada e saída dos alunos no programa - Porcentagem do número de titulados em relação à dimensão do corpo discente (2%);

3.4.C. evasão de alunos em relação à dimensão do corpo discente (2%);

3.4.D. evasão de alunos bolsistas em relação à dimensão do corpo discente (3%);

3.4.E. premiações e distinções de dissertações e teses (2%);

3.4.F. tempo médio de titulação: Mestrado (1,5%) e Doutorado (1,5%);

3.4.G. tempo médio de titulação: Bolsistas Mestrado (1,5%) e Bolsistas Doutorado (1,5%).

O **Quesito 4, PRODUÇÃO INTELECTUAL**, possui peso atribuído pela área de 35%. Pela atuação de seus docentes e discentes, o programa deve demonstrar capacidade de produzir conhecimento novo na(s) sua(s) área(s) de concentração, observando os princípios de qualidade/relevância científica, regularidade e distribuição entre os pesquisadores. Na pontuação calculada, cada produto será contabilizado apenas uma vez e no(s) ano(s) de atuação do docente como permanente no programa. A constituição da mesma dar-se-á no tratamento de dois gêneros de produção: (i) Produção autoral e/ou encabeçada por docente permanente do curso ou programa (filtrado na Plataforma Sucupira na condição de produção como "Primeiro Autor"); (ii) Produção não encabeçada por docente permanente do programa e a envolver outros autores (em coautoria). Critérios de qualificação: as frequências de corte serão atribuídas considerando o comportamento notado na área, ponderado pelo: Qualis periódicos (pontuação de A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C) e classificação de livros (pontuação de L4, L3, L2 e L1). A partir deste corte, em desvios padrão, elaborar-se-á faixa de pontuação característica de conjunto de cursos e programas em MB, B, R, F e D.

#### 4.1. (40%)

4.1.A. quantitativo em relação à dimensão do corpo docente permanente: Pontuação calculada, primeiro, na consideração do somatório da produção como primeiro autor (PA) e da resultante de coautoria (PC) e, segundo, de sua divisão pelo número de docentes permanentes (DP). O resultado gerará a intitulada produção total por curso ou programa (PT) e será utilizada no estabelecimento das frequências de corte em MB, B, R, F e D. Síntese:  $PT=PA+PC/DP$  (40%).

#### 4.2. (30%)

Serão contabilizados produtos na forma de artigos em periódicos e livros avaliados segundo o Qualis Periódicos e a Classificação de Livros. Critérios de qualificação baseados em indicador a expressar peso da produção em veículos estabelecidos no extrato superior dos produtos acima mencionados: Livros (L4 e L3) e Periódicos (A1 e A2).

4.2.A. distribuição das publicações qualificadas nos extratos superiores de periódicos (A1 e A2) (20%);

4.2.B. distribuição das publicações classificadas nos extratos superiores de livros (L4 e L3) (10%).

#### 4.3. (10%)

Serão consideradas as produções técnicas dos docentes permanentes incluindo documentos elaborados para órgãos e instituições agências internacionais e nacionais (federal, estadual e municipal), com fins públicos, desde que tenham sido publicadas (impresso ou eletrônico). Elaboração de produtos cartográficos, apresentação de trabalhos em eventos científicos; elaboração de normas, protocolos e programas, etc.

4.3.A. Distribuição da produção entre os docentes (5%);

4.3.B. Pontuação da produção entre os docentes permanente (5%).

#### 4.4. (20%)

4.4.A. Índice H dos cursos e programas, associado ao conjunto dos índices H dos docentes permanentes e que evidenciam as obras mais citadas (5 anos do início do período de avaliação). (20%);

O **Quesito 5, INSERÇÃO SOCIAL**, possui peso atribuído pela área de 15%. Aponta Importância do programa para o desenvolvimento local, regional, e nacional em termos de formação de pesquisadores e de professores, além da produção de conhecimento científico.

### **5.1. (40%)**

5.1.A. impacto educacional: contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio e superior e para o desenvolvimento de ações referentes à formação continuada, produção de material didático-pedagógico, geração de propostas inovadoras, atenção às políticas de inclusão e de avaliação (20%);

5.1.B impacto social: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados visando cooperar para responder às demandas sociais, bem como contribuir para a disseminação dos recursos da ciência e do conhecimento para a sociedade em geral (entrevistas, artigos em jornais e revistas, dentre outros) (10%);

5.1.C impacto cultural: contribuição para o desenvolvimento cultural; para políticas culturais; para a ampliação do acesso à cultura e para o conhecimento nesse campo (guias, cartilhas, exposições, materiais instrucionais, mídias, dentre outros) (5%);

5.1.D impacto tecnológico/econômico: ações que contribuam para o desenvolvimento de políticas ambientais e econômicas para a responsabilidade social (5%).

### **5.2. (40%)**

5.2.A participação em programas institucionais de cooperação acadêmica, incentivados pelas agências de fomento à pesquisa, tais como, CAPES, CNPQ, FAPs, FINEP. (Minter, Dinter, Procad, Pgpde, convênios entre as IES, etc.) (10%);

5.2.B estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre programas de diferentes IES, Institutos de pesquisa ou assemelhados. (Doutorado Sanduíche, programa de mobilidade estudantil e docente, estágios) (10%);

5.2.C número de docentes e discentes do programa analisado com atividades em outros programas (participação em bancas, palestras, cursos de curta duração, etc.). Número de discentes e docentes de outros programas com atividades no programa analisado (participação em bancas, palestras, cursos de curta duração, etc.) (7,5%);

5.2.D participação de docentes do programa em redes de pesquisa inter institucionais (projetos temáticos, INCT's e assemelhados) (5%);

5.2.E publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES, institutos de pesquisa ou assemelhados (5%);

5.2.F parceria entre instituições e associações de caráter acadêmico na organização de eventos científicos relevantes para a área (2,5%).

### **5.3. (20%)**

5.3. A manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, dos dados internos, critérios de seleção de alunos, produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc. Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações pela Web (20%).

A avaliação do curso ou programa, guardando os pesos de seus quesitos e de cada um de seus indicadores, possibilita a obtenção de pontuação máxima de 100 (cem) pontos, a partir da qual serão estabelecidas cinco frequências, representativas dos conceitos: **Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Insuficiente**.

#### IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

O quadro apresentado de expansão/consolidação da Pós-Graduação em Geografia denota movimento de redimensionamento das ações dessa área no país. Tendo como referência a preocupação com a representação da pós-graduação no âmbito da realidade nacional, a lógica de globalização hodierna, no entanto, como reflexo da assinatura da Declaração de Bolonha, impõe direcionamento das atenções para além das nossas fronteiras fragilizando, sobremaneira, o modelo francês que tanto influenciou a Geografia no Brasil. Hoje, naquele país, o modelo adotado é o de ciclos de estudos similares ao “master” e ao “doctorat”, tendo sido aceita a adoção da língua inglesa na formação dos pós-graduandos, bem como emprego de critérios de avaliação centrados na produção científica qualificada, em revistas com fator de impacto.

No Brasil o desdobramento foi diferenciado, de um lado, por ter sofrido influência recente do modelo americano-alemão na formação do ensino superior brasileiro e, especificamente no domínio das modalidades de mestrado e doutorado, de outro lado, por se assentar em estrutura democrática de discussão entre as diversas áreas e cujo fórum privilegiado foi e é a CAPES (CTC-ES). Melhor adaptados à lógica de internacionalização em foco, o discurso dos representantes das ciências exatas, naturais, biológicas e sociais aplicadas encontram maior eco, porém sem inviabilizar uma passagem negociada.

Assim, aponta-se à competência de cada uma das áreas, pautada no estabelecimento de critérios rigorosos de avaliação, estabelecimento e caracterização do que essas áreas entendem por internacionalização. Cria-se um quadro rico, representativo do *modus operandi* de cada uma das áreas, além de, a partir do conhecimento e troca de experiências com outras áreas, inovar no domínio específico de cada ciência.

Na área da Geografia, a ideia de internacionalização passa, portanto, pela caracterização de um quadro a partir do qual se vislumbra a abertura dos cursos às instituições internacionais. De uma relação assimétrica, na qual os colegas que nos antecederam buscavam no estrangeiro, França principalmente, a formação no nível de doutorado e, mais recentemente, de pós-doutorado, atualmente despontam ações voltadas ao estabelecimento de convênios interinstitucionais também com outros países, convênios estes possibilitadores da realização de pesquisas conjuntas, da atuação de nossos colegas como professores visitantes nestas instituições, bem como, do recebimento de alunos provenientes do estrangeiro e envio de pós-graduandos nossos para realizarem doutorado-sanduíche e pós-doutoramento. Ademais, e animados por editais específicos das instituições de fomento brasileiras (CAPES e CNPq), em

parceria com seus pares internacionais, as relações norte-sul se ampliam, ao mesmo tempo que as relações sul-sul se potencializam. No primeiro caso, da tradicional relação com as instituições europeias, francesas à frente, seguidas das portuguesas e espanholas, adquire-se importância as estabelecidas com as americanas. No segundo caso, as instituições da América Latina, África e Ásia são incorporadas à nossa geografia, com a possibilidade da área em formar quadros e influenciar na geração de conhecimento transformando-se em fonte nestes continentes. O volume de convênios, bem como sua especialização pode, assim, ser representada, considerando as notas dos programas, nos mapas 12, 13 e 14.

Nesse sentido, recomenda-se que cada programa de pós-graduação estabeleça uma política para promover um conjunto de iniciativas que organicamente conduzam a um maior grau de densidade e de maturidade na inserção internacional. Importa principalmente que essa política vise uma ampliação e diversificação dos países com os quais se estabeleça a cooperação científica. Como orientação, propõem-se os seguintes mecanismos:

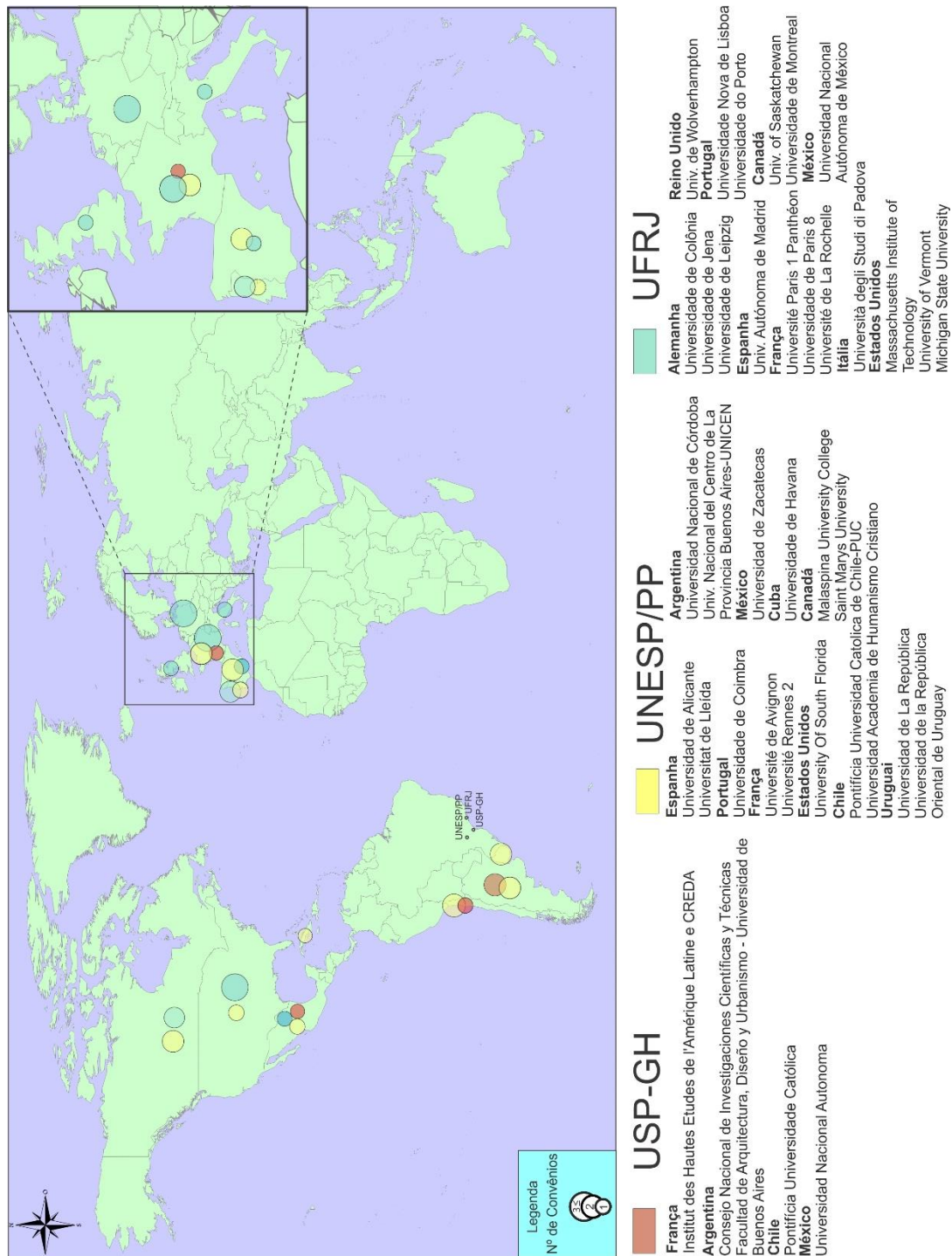
- . Promoção de convênios baseados em reciprocidade e na forma de redes de pesquisa, bem como de parcerias bilaterais.;
- . Promoção de Intercâmbios que envolvam financiamento recíproco entre os parceiros;
- . Participação em bancas no exterior;
- . Produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros;
- . Participação de docentes em editoria internacional;
- . Publicação de periódicos em língua estrangeira e com inserção internacional;
- . Elaboração de projetos de cooperação internacional;
- . Participação em editais de pesquisa internacionais;
- . Expansão de pós-doutoramento internacional;
- . Estímulo de doutorado-sanduíche;
- . Estímulo à dupla-titulação com PPG de referência no exterior;
- . Recepção de estudantes estrangeiros, de pesquisadores e pós-doutorandos;
- . Participação de docentes em comitês de organização de eventos internacionais e em organizações internacionais;
- . Participação de docentes como professores visitantes no exterior;
- . Apoio a conferências e palestras no exterior;
- . Organização de cursos no Brasil ministrados por docentes/pesquisadores estrangeiros.

No sentido de aprimorar nível de internacionalização da Área de Geografia, necessário aos programas:

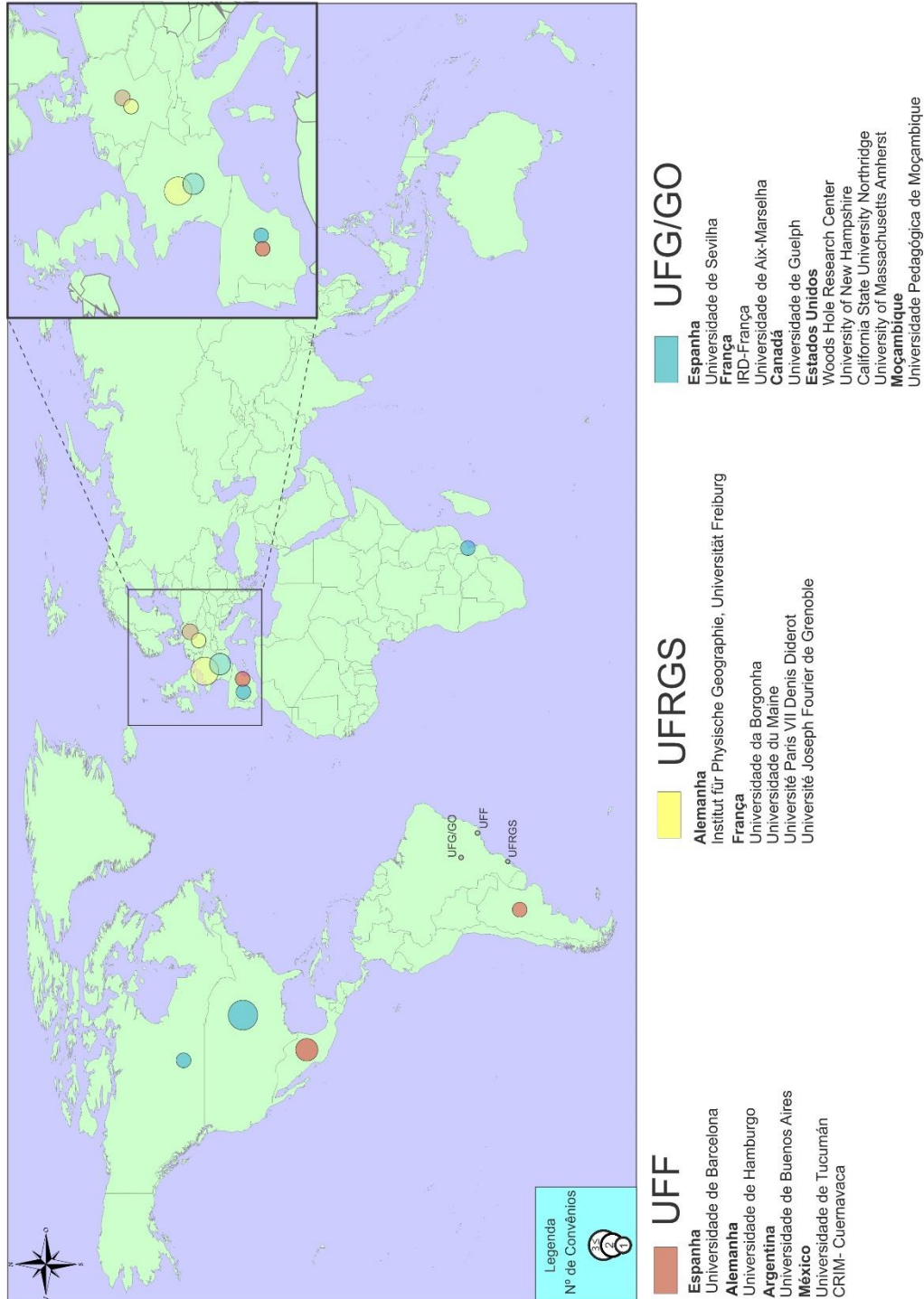
- incorporar condições institucionais melhores, através de diferentes mecanismos para minimizar os trâmites burocráticos, estabelecer auxílios financeiros para tradução de artigos, etc.
- intensificar a relação com as agências de fomento para ampliar e diversificar a internacionalização, por meio de bolsas e auxílios à pesquisa.
- . estimular relações de reciprocidade com centros de excelência no exterior.
- aprofundar o diálogo Sul-Sul, por meio de convênios e intercâmbios com universidades latino-americanas, africanas e asiáticas.
- definir uma agenda de pesquisa com seus pares no exterior.

Embora seja dinâmica relacionada aos cursos e programas de pós-graduação em geografia, a internacionalização se apresenta como uma exigência aos programas de notas 5, 6 e 7, se constituindo condição para atribuição das notas 6 e 7.

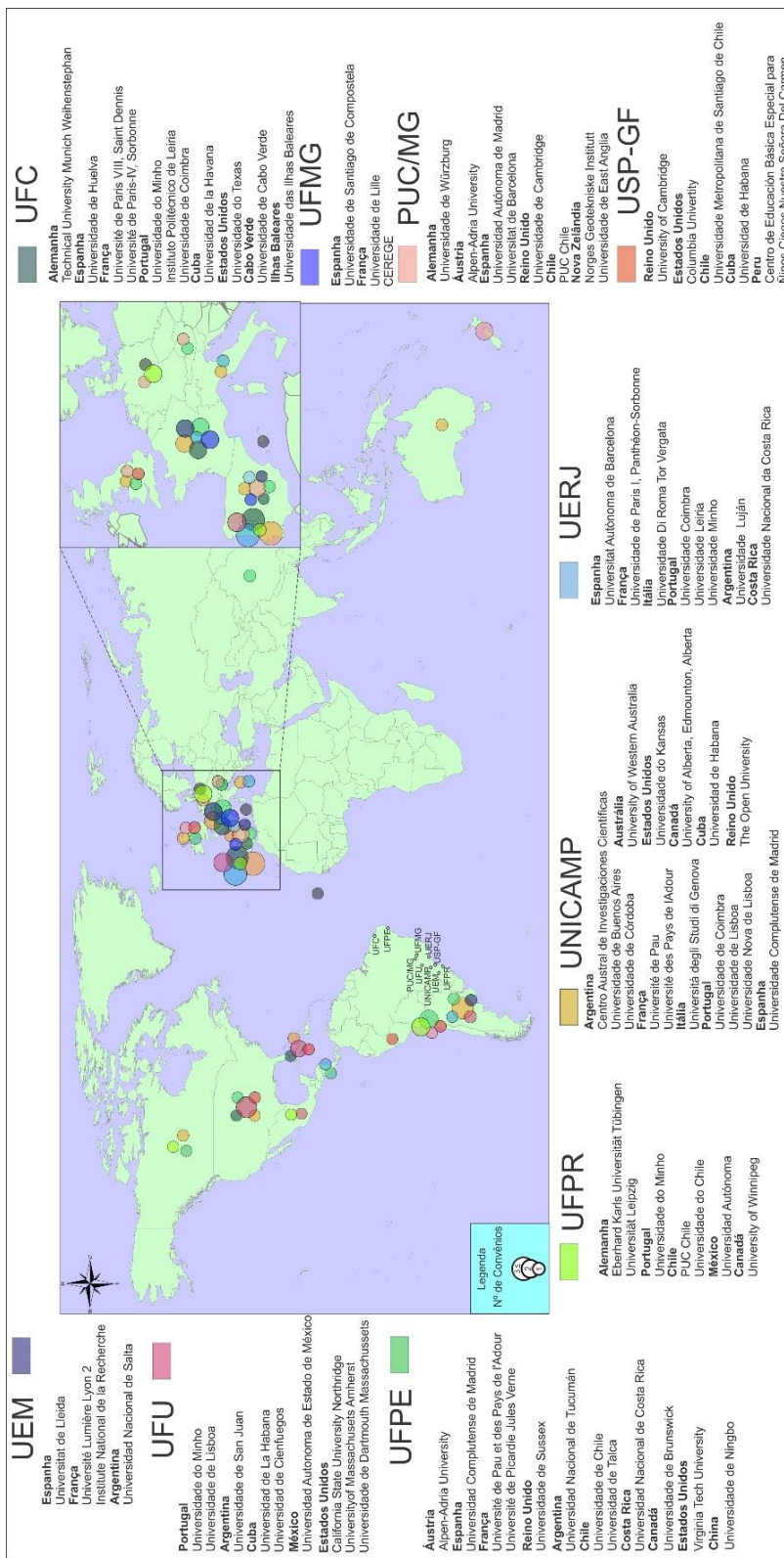
**Mapa 12 – Internacionalização Cursos Nota 7 : convênios estabelecidos em 2014**



**Mapa 13 – Internacionalização Cursos Nota 6 : convênios estabelecidos em 2014**



**Mapa 14 – Internacionalização Cursos Nota 5 : convênios estabelecidos em 2014**





### **Critérios da Área de Geografia para emissão das notas “6” e “7”**

As notas “6” e “7” são reservadas para os programas com o nível de doutorado que apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência e que tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação ao dos demais programas. Os programas elegíveis devem demonstrar elevado grau de internacionalização, liderança, nucleação e solidariedade por meio dos seguintes indicadores:

#### **i. Internacionalização**

- . Pós-doutoramento e participação como professor visitante do corpo docente do programa em centros de excelência no exterior;
- . Professores visitantes recebidos pelo programa;
- . Intercâmbio de alunos com IES do exterior (sobretudo bolsas-sanduíche);
- . Participação de docentes e doutorandos em eventos internacionais de alto nível;
- . Financiamento internacional de projetos e outras atividades;
- . Participação de docentes em comitês, consultorias, editoria de periódicos, e outras atividades no exterior;
- . Participação em projetos de pesquisa de colaboração internacional.

No relativo ao presente indicador, os Coordenadores de Cursos participantes do Seminário de Acompanhamento de Meio Termo propuseram à Coordenação de Área, construção de ficha que permita avaliação das ações acima, e consoante com o estabelecimento de métricas que denotem os níveis de internacionalização de nossos programas (Quadro 2).

#### **ii. Liderança**

- . Atração de pós-graduandos de outras regiões do país e de outros países;
- . Participação de docentes do programa em comitês e agências de fomento nacionais e internacionais;
- . Premiações nacionais e internacionais recebidas por docentes que tenham relação com as atividades de pesquisa ou atribuídas a seus orientandos;
- . Participação de docentes em diretorias de associações científicas;
- . Participação de docentes em cargos relevantes para a política nacional de educação, saúde, ciência e tecnologia;

#### **iii. Nucleação**

- . Atividades de ensino de graduação/pós-graduação em outras IES (Brasil e no exterior);
- . Atividades de pesquisa em outras IES nacionais e no exterior;
- . Inserção dos egressos no mercado de trabalho.

#### **iv. Solidariedade**

- . Os programas devem demonstrar sua cooperação com programas nota 3 ou 4, ou em grupos que ainda não tenham curso de pós-graduação stricto sensu.
- . Minter, Dinter, Procad ou associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação;
- . Assessoria para formulação de propostas de cursos novos;
- . Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;
- . Participação em disciplinas, seminários, oficinas em cursos nota 3 e 4 (sem doutorado)
- . Parceria em docência, pesquisa e orientação em países de menor grau de desenvolvimento na pós-graduação, principalmente na América Latina, África e Ásia.

**Quadro 2 – Ficha Sobre Inserção Internacional**

INSERÇÃO INTERNACIONAL		100%		
<b>(Comentários sobre o Quesito)</b>				
Importância do programa para o desenvolvimento de ações internacionais e que culminam em fluxos a balizar constituição de redes de pesquisa, com trocas estabelecidas nos dois sentidos, bem como produzir conhecimento qualificado e possibilitar formação de pessoal.				
ITENS	PESOS	INDICADORES		
1.1. Produção de conhecimento dos docentes permanentes no exterior, em periódicos ou livros qualificados pela área no estrato superior		Consideradas as produções em livros e periódicos com editoração em instituições internacionais ou em parceria.		
30%	30%	1.1.A. Artigos em periódicos a compor estrato superior do Qualis (A1 e A2)		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
	30%	1.1.B. Livros classificados nos estratos superiores L4.		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
<b>AVALIAÇÃO DO ITEM</b>	<b>TOTAL</b>	<b>30</b>		
ITENS	PESOS	INDICADORES		
1.2. Participação dos docentes permanentes em redes de pesquisa internacionais		Consideradas as assentadas, preferencialmente, em projetos e convênios financiados tanto por instituições internacionais e nacionais como na articulação entre ambas.		
20%	20%	1.2.A. Convênios e Projetos a contar com financiamento direcionado a este gênero de vínculo (Editais específicos das instituições de fomento) e com participação de docente permanente do programa na coordenação.		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
	10%	1.2.B. Convênios e Projetos a contar com financiamento direcionado a este gênero de vínculo (Editais específicos das instituições de fomento) e com participação de docente permanente do programa como membro.		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
	5%	1.2.c. Convênios e Projetos sem financiamento		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
<b>AVALIAÇÃO DO ITEM</b>	<b>TOTAL</b>	<b>20</b>		
ITENS	PESOS	INDICADORES		
1.3. Intercâmbio de discentes e docentes permanentes (fluxo sentido duplo)		Consideradas aquelas assentadas, preferencialmente, em projetos e convênios financiados tanto por instituições internacionais e nacionais como na articulação entre ambas.		
15%	15%	1.3.A. Reuniões Científicas, Pós-Doutorado e Estágios contando com financiamento, bem como Professor Visitante.		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
	5%	1.3.B. Reuniões Científicas. Participação em Bancas, Pós-Doutorado e Estágios sem financiamento.		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
<b>AVALIAÇÃO DO ITEM</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>		
ITENS	PESOS	INDICADORES		
1.4. Atividades de orientação de docentes permanentes no exterior e de estrangeiros no país		Consideradas as assentadas, preferencialmente, em projetos e convênios financiados tanto por instituições internacionais e nacionais como na articulação entre ambas.		
15%	15%	1.4.A. Co-tutela em IES estrangeiras ou compo do quadro de professores responsáveis pela formação de mestres e doutores, financiado por editais específicos.		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
	5%	1.4.B. Compo do quadro de professores responsáveis pela formação de mestres e/ou doutores, supervisão de pós-doutores e recebimento de bolsistas sanduiche na IES brasileira, com ou sem financiamento.		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
<b>AVALIAÇÃO DO ITEM</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>		
ITENS	PESOS	INDICADORES		
1.5. Organização de eventos internacionais		Consideradas as assentadas, preferencialmente, em financiamentos internacionais e nacionais, bem como na articulação entre ambos.		
15%	15%	1.5.A. Com financiamento		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
	5%	1.5.B. Sem financiamento		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
<b>AVALIAÇÃO DO ITEM</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>		
ITENS	PESOS	INDICADORES		
1.6. Participação em eventos internacionais		Consideradas as assentadas, preferencialmente, em financiamentos internacionais e nacionais, bem como na articulação entre ambos.		
5%	5%	1.6.A. Com financiamento		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
	1%	1.6.B. Sem financiamento		0
	ou	AVALIAÇÃO DO INDICADOR		0
<b>AVALIAÇÃO DO ITEM</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5</b>		
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>100</b>		

### Para notas 6 e 7

As notas 6 e 7 serão reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota final 5 e conceitos **“Muito Bom”** em **todos os quesitos** da ficha de avaliação.

- . Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- . Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- . Solidariedade;
- . Nucleação

**Nota 6:** predomínio do conceito **“Muito Bom”** nos itens de **todos os quesitos** da ficha de avaliação, mesmo **com eventual** conceito **“Bom”** em **alguns itens**;

**Nota 7:** conceito **“Muito Bom”** em **todos os itens** de **todos os quesitos** da ficha de avaliação.